



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 6/08

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO

10 de Julho de 2008

A Sessão foi iniciada às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**-----

Primeira Secretária da Mesa, Elisabete da Silva Ferreira-----

Segundo Secretário da Mesa, Manuel António Torrinho Frade.-----

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Jorge da Silva Raimundo, António Manuel Candeias Coelho dos Santos, Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães, António Luís Andrade Silva, Cátia Regina Correia Soares, António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço, conforme constam da relação anexa. -----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores João Bernardino, Gabriel Oliveira, Rita Mafalda Madeira, António Nunes, Filipe Ferreira e António Moreira.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Alfragide, Brandoa e Venteira, se fazem representar, nesta Sessão, respectivamente, pelos Senhores Vogais Rafael Vigário de Matos, Manuel Ferreira Barros e Andreia da Silva Dias Moreira (Documento anexo à presente Acta). -----

Verificado o Quórum, Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão. -----

I – SUBSTITUIÇÃO

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os Senhores José Manuel Gorgulho Evangelista, Augusto Ferreira Guedes, Rui Manuel Gonçalves Lourenço e Rui Miguel Queiróz Correia do PS, António José Tremoço de Brito, António Manuel Batista Borges e Joana Ferreira Marreiros da CDU e Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira do PSD (Documento anexo à presente Acta). -----

Seguidamente, informou de que, e em conformidade com o artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse pelo PS, os Senhores José Manuel Antunes da Graça, Andreia Teodoro Dionísio, Joaquim Manuel Galhanas da Luz, Maria Aldina Almeida Cardeal, pela CDU, os Senhores José Moreira Flores e Jorge da Silva Raimundo, e pelo PSD, o Senhor Luís Manuel de Almeida Sampaio (Documento anexo à presente Acta). Por não estar presente a Senhora Cátia Regina Correia Soares da CDU, não tomou posse.-----

II – ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** fez uma nota de que no ponto três da Ordem do Dia foi feita uma correcção para adequar o título à proposta da Câmara é uma mera correcção. -----

PROPOSTA:-----

1 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços no Âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Renovação do Contrato e Aprovação da Minuta de Contrato (Proposta n.º 218/2008)”*;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Prestação de Serviços no Âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 1º e 2º Anos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Abertura de Procedimentos (Proposta n.º 247/2008)”*;-----

3 - Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Fornecimento de Refeições com Confeção no Local para a E.B 1/Jardim-de-Infância/Creche do Casal da Mira Sul – Abertura de Procedimentos (Proposta n.º 248/2008)”*; -----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alienação de Terreno à EDP, destinada à Subestação de Distribuição de Energia Eléctrica, sita na Serra de Carnaxide” (Proposta n.º 249/2008)”*.-----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 33 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).-----

III – CORRESPONDÊNCIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30.º do Regimento.-----

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor **Presidente da Assembleia** iniciou o período com a explicação regimental não se tendo registado inscrições.-----

V – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que foram entregues na mesa quatro Moções, uma Moção assinada pelo Grupo Parlamentar do PS, outra pelo o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, outra pelo Grupo Municipal da CDU e outra pelo Grupo Municipal do PSD e pelo Grupo Municipal do CDS/PP. (Documentos anexos à presente Acta). -----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Eu ia, fazer, como sabem regimentalmente estas moções não estão incluídas na Ordem do Dia, os Partidos têm a possibilidade de o fazer, optaram por apresentar estas Moções no Período Antes da Ordem do Dia, nos termos regimentais eu não posso dar a cada um dos Partidos proponentes os dez minutos porque isso posso o fazer no quadro, e portanto eu propunha-me fazer uma coisa, penso que isto foi distribuído aos Líderes, pelo menos aos Líderes, às lideranças, eu proponha-me, embora isto fique nas actas como é evidente, eu proponha-me ler as Moções todas, mas não vou pedir aos serviços para as desgravar, ficam acopladas, bom pela ordem de entrada, se bem me lembro, foi a da CDU, do Bloco de Esquerda, PSD/CDS e PS, então pela ordem de entrada vou lê-las, para depois se inscreverem.” -----

Abriu o Senhor **Presidente da Assembleia** as inscrições. -----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite, correspondendo a alguns incentivo de alguns Deputados, para avançar sem medo, aliás eu gosto dessa expressão, que foi uma das expressões utilizada pelo meu candidato presidencial, e porque de facto este Antes da Ordem do Dia vai ser com certeza muito polémica ideologicamente, pelo menos, a minha questão inicial não era essa Senhor Presidente da Assembleia era para que definitivamente nós tivéssemos aqui uma norma, porque é bom que apareça as Moções mas tínhamos chegado a um consenso que ela deviam ser distribuída ou com conhecimento com alguma antecedência, e por isso é que eu queria falar, eu não tenho nada contra o tema é claro para todos nós mas era bom que regularizássemos esta situação, não é, uns entregam mais cedo, outros entregam no momento e depois por vezes pode haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aqui algum conflito desnecessário mas em relação a esta Moção que entrou agora, que recebemos agora, não temos nada a opor, o tema é claro há outras Moções, o que me trás aqui principalmente é uma questão local, a Câmara Municipal da Amadora deve ter conhecimento dela com certeza, eu venho aqui apenas a chamar a atenção para ela ou sublinha-la melhor dito, trata-se da questão da Vimeca, que estará, eu digo estará, e sublinho estará, a fazer um mau serviço com a população da Brandoa, parece que acabou a carreira, a ligação Brandoa/Costa da Caparica este ano por exemplo e parece também que os horário à noite a última carreira para a Brandoa daqui, chamada Amadora Norte aqui deste lado sai às vinte horas e quarenta minutos, parece-me muito cedo, eu bem sei que com o Código Laboral deixará de haver horas extraordinárias, mas haverá muito trabalhadores que vão sair cada vez mais tarde e às vinte horas e quarenta minutos, deve ser muito cedo infelizmente para muito trabalhadores, era bom que esta situação fosse resolvida a contento da população da Brandoa, muito obrigado.” -----

Senhor **Deputado João Serrano**: “Ó Senhor Presidente é só para uma interpelação que tem a ver com o seguinte: eu acho que para a boa condução dos trabalhos é muito importante que os documentos sejam entregues atempadamente e acho que há matérias nomeadamente esta da Ingrid Bettencourt que merecia uma melhor ponderação dos partidos, eu na sexta-feira em Conferência de Lideres fui confrontado com a intenção do PSD de apresentar uma Moção relativamente a um tema que não quis divulgar na altura, o Bloco de Esquerda também disse que tinha uma Moção mas que não quis divulgar na altura, passaram-se os dia e eu ontem tomei conhecimento de uma Moção do PSD que me foi distribuída, hoje de manhã sou confrontado um uma Moção da CDU sobre o tema Ingrid Bettencourt e agora mesmo, só agora na Ordem de Trabalhos tenho conhecimento do texto da Moção do Bloco de Esquerda que em chega agora para eu obviamente intervir no debate, reflectir sobre o mesmo, etc. e perante tudo isto, eu também PS fui obrigado, perante as duas Moções que me chegavam e sem sexta-feira termos falado, sem conversas que ninguém me telefonou ninguém conversou sobre este temam de introduzir uma Moção, porquê? Porque há pontos das duas Moções que eu não concordo, eu concordo que estas matérias deviam merecer outro tratamento, e acho que aqui na Assembleia da parte da Lideranças era importante também que de futuro nós discutíssemos previamente os temas e acima de tudo que previamente puséssemos as cartas na mesa é isto que se passa em todas as Assembleias Parlamentares e isto faz parte de uma

ética de relacionamento entre as pessoas, tendo como único objectivo o quê? O bom andamento dos trabalhos que obviamente ficam comprometidos sobre essa matéria, por isso o PS está sempre disposto a discutir esta Moção a chegar a um consenso sobre os mesmos, porque nos parece que podemos encontrar a uma Moção conjunta que vai de encontro no fundo ao objectivo central que é saudar a libertação de Ingrid Bettencourt, muito obrigado.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente, eu queria aqui precisar, embora depois da intervenção do João Serrano tenha ficado claro que a Moção que o Grupo Municipal da CDS e do grupo Municipal do PSD apresentaram sobre esta assunto da Colômbia, penso que foi a primeira a ser entregue aos Serviços da Assembleia embora a versão assinada só tenha sido entregue agora, mas foi entregue via e-mail há mais tempo e foi distribuída aos líderes dos Grupos Municipais não sei se ontem ou se anteontem não tenho presente, há dois dias, e portanto era importante fazer essa precisão, eu não tenho nada a opor com esta questão de as coisas serem feitas atempadamente acho que é uma matéria que deve ser discutida, mas tendo em conta que é oportuno que não passe o dia de hoje sem isto ser discutido aqui, acho de facto faz sentido fazer aqui uma discussão sobre o tema e eu queria dizer a nossa Moção já foi lida e faço aqui um breve comentário em relação à Moção da CDU, a Moção do Partido Socialista eu penso que é uma Moção apresentada ao sprint pelo Partido Socialista para não ter de votar favoravelmente a Moção do CDS e do PSD, não vejo que haja grande diferença, foi um bocado baralhar e voltar a dar, mas enfim o PS não gosta de votar Moções que seja iniciativas de outros partidos, mas em relação à Moção da CDU eu gostava de fazer aqui alguns comentários que me parecem oportunos, eu acho interessante que haja aqui uma saudação embora que muito tímida à libertação dos reféns e que o resto da Moção seja passado basicamente a condenar o Governo da Colômbia, e a pedir que se faça uma negociação entre as partes, sendo que as partes que devem negociar é o Governo legítimo da Colômbia e é um grupo de raptos narcotraficante e terroristas que é colocado em pé de igualdade com o Governo legítimo eleito pelo povo da Colômbia e sobre esta matéria apenas queria dizer, e ao contrário do que diz o João Serrano acho que não é possível chegar de facto aqui a um entendimento pelo menos unânime nesta Assembleia sobre o assunto, porque há aqui uma questão de fundo pelo menos que nos separa em relação à visão que o PCP tem destas coisas meu acho que a Moção do PCP é muito coerente com o que PCP pensa destas matérias, há com o Presidente da Colômbia, o Presidente Uribe um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

problema que o PCP vê, é que o Presidente da Colômbia foi eleito democraticamente, foi eleito por sessenta por cento o povo da Colômbia e têm hoje a aprovação de noventa por cento dos colombianos e isso para o Partido Comunista é um problema, porque para o Partido Comunista dá-se mal com processos democráticos, e portanto acho que de facto a Moção está em consonância, está em sintonia com a visão que o Partido Comunista tem do mundo seguramente não está em sintonia com a visão de que nós temos do mundo, nós entendemos que uma Moção sobre esta matéria e eu acho que é oportuno que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre esta matéria tem necessariamente saudar a libertação dos reféns e isso todas fazem, mas tem que condenar as FARC e a Moção da CDU condena o Governo legítimo da Colômbia mas não condena, não tem uma linha de condenação às FARC, bastante interessante e revelador da posição do Partido Comunista sobre esta matéria e tem também que louvar a intervenção do Governo legítimo, volto a repetir do Governo legítimo da Colômbia e isso nem todas fazem essa referência, portanto parece-me que as cartas estão na mesa e as pessoas estão em posição de tomar uma decisão sobre esta matéria, dois outros assuntos, Senhor Presidente muito rapidamente, que não tem nada a ver com isto são assuntos que têm a ver com a situação do Município e, que são os seguintes: o primeiro, as primeiras perguntas têm a ver com aquilo que é, considero eu, o mais lamentável loteamento deste Município que o Moinho do Guizo, o Moinho do Guizo que eu já agora quero lembrar que o Moinho do Guizo que foi aprovado pelo Partido Comunista Português em Janeiro de 1998, já depois do Partido Comunista ter perdido as eleições, penso que foi numa sessão de Câmara, aliás ficou famosa pela aprovação "in extremis" de uma série de urbanizações deste Município, ó Senhores Deputados o CDS não aprovou garantidamente, e eu tenho a informação que o PSD também não, mas isso o PSD dirá, tenho a informação, mas podemos pedir a acta, que era interessante ver essa acta que acho que seria clarificador, de qualquer maneira esse lamentável loteamento que é de facto um escândalo e é facto terceiro mundista por todas as razões basta olhar para lá, está lá, não podemos fazer nada já está feito, portanto a minha preocupação tem a ver com problemas que eu acho que podem agora ser resolvidos, e são dois aspectos, um mais simples e outro um pouco mais complicado, um que tem a ver com os muros de contenção que existem à entrada do bairro e que tem de facto um impacto visual terrível, e que acho que seria relativamente fácil de resolver colocando ali umas árvores colocando ali uma trepadeiras como aquelas que existem no final da auto-estrada de Cascais, enfim qualquer coisas que pudesse reduzir o impacto, eu não falo de nenhuma

empreitada, não falo de pôr azulejos, não falo de nada muito caro, muito complicado, falo de uma solução simples qualquer com vegetação, que pudesse de facto minimizar impacto horrível daquela entrada do bairro que é de facto uma coisa lamentável, uma coisa triste, segundo aspecto tem a ver com a existência de cinco prédios, pelo menos cinco prédios naquela urbanização que não estão nem ao lado, nem muito perto, estão debaixo de cabos de alta tensão, há cinco prédios que estão debaixo foram construídos por baixo de cabos de alta tensão, em alguns casos estão a seis/sete metros do telhado, os cabos estão a seis/sete metros do telhado desses edifícios, portanto a questão que eu coloco é em relação a estas matérias, se não será possível arranjar uma solução que minimize estes problemas, terceira e última questão que tem a ver com uma outra situação que é a reabilitação da Cova da Moura depois de uma sucessão de anúncios sobre esta matéria aqui a alguns meses atrás foi anunciado o relatório do LNEC sobre as condições habitacionais do bairro seria apresentado em Maio deste ano, ora o Maio deste ano já passou e portanto aquilo que eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara é se já tem esse relatório em sua posse, quais são as conclusões genericamente obviamente desse relatório e face as essas conclusões quais são as linhas gerais orientadores para o Plano de Pormenor do Bairro da Cova da Moura, muito obrigado.”

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimentos): “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite Senhor Presidente, Senhores Vereadores Caros Colegas Deputados caros munícipes o pedido de esclarecimentos são dois e são breves e eu não vou elaborar agora sobre a Moção, fá-lo-ei na minha intervenção mas pergunta sobre a questão da Moção e da Colômbia o Senhor Deputado referiu que a Moção da CDU manifesta um rugosíssimo tímido, eu queria-lhe perguntar se considera que a fase “saudamos o regresso à liberdade de Ingrid Bettencourt é tímido e onde é que está a timidez, relativamente ao Moinho do Guizo era só uma precisão que certamente o Senhor Deputado estará em condições de fazer que é dizer-me qual era a constituição da Câmara Municipal nessa época, quem tinha maioria, quem não tinha maioria, quanto Deputados, quantos Vereadores tinha cada força política representados na Câmara Municipal, muito obrigado.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira (resposta ao pedido de esclarecimentos): “Senhor Deputado a timidez resulta da leitura geral da Moção em que nós temos de facto aqui uma referência e uma saudação à libertação dos reféns mas que se passa eu não sei qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

a percentagem mas direi se calhar é oitenta por cento da Moção a acusar o Governo legítimo da Colômbia de promover de ser um regime que promove o agravamento da exploração, da repressão das perseguições, assassinatos e brutais torturas e por aí fora, mais outras referência ao Governo legítimo da Colômbia e não há uma única frase, Senhor Deputado, uma única frase a condenar a actuação das Forças Armadas da Colômbia, acho que é de facto notável, acho notável em que se passem vários parágrafos a falar do Governo legítimo da Colômbia eleito pelo povo da Colômbia e que não se tenha a coragem de fazer um comentáriozinho sequer sobre um grupo que rapta, que sequestra, que mata e trafica droga e eu acho que se isto não é timidez na análise do problema, o que será. Senhor Deputado sobre a o Moinho do Guizo os Senhores são useiros e vezeiros nesta técnica que é alijar de responsabilidades em relação a nesta matéria, Senhor Deputado quando a urbanização, desta vez felizmente não foi Oeiras, normalmente é Oeiras, normalmente isto remonta a Oeiras, desta vez não remonta a Oeiras, remonta aos outros partidos, eu recorde que embora os Senhores já tivessem perdido as eleições quando aprovaram esta urbanização, portanto aprovaram-na eu penso que eticamente de uma forma ilegítima aprovaram-na depois de terem sido derrotados nas eleições, os Senhores do Partido Comunista lideravam a Câmara Municipal da Amadora, lideravam, geriam a Câmara Municipal da Amadora e portanto têm que assumir essas responsabilidades, Senhores Deputado eu sobre essa matéria não falo sobre os outros, falo sobre o CDS não aprovou, nem aprovaria, os Senhores aprovaram essa é que é vergonha que têm que carregar às costas para toda a vida, muito obrigado.” -----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, a intervenção que eu vou fazer tem o objectivo de evidentemente de apresentar a Moção que já lida, como por todo o mundo saudamos o regresso à liberdade de Ingrid Bettencourt depois de seis anos de sequestro na selva da Colômbia, são pouco claras as circunstâncias em que tal facto terá ocorrido mas talvez isso não seja por hora muito importante, a história há-de trazer luz a esse e outros acontecimentos, importa nesta hora sobretudo que uma mulher recuperou a sua liberdade pode enfim abraçar os seus filhos, e ninguém pode deixar de regozijar-se com isso, neste dias na Colômbia nem todas as mulheres e homens tem essa possibilidade, permitam-me que lhes fale aqui de uma outra senhora que dá pelo nome de Bettencourt, mas creio com toda a certeza nada tem de familiar com o rosto feliz que está na abertura de todos os noticiários, só Sónia Bettencourt chama-se ela é mãe de uma menina de nome de Caria

Rivera, desde o dia vinte dois de Abril último o seu marido o pai da sua Caira encontra-se desaparecido foi visto a última vez cerca das seis horas e trinta minutos da manhã daquele dia numa rua do distrito El Tonale em Bogotá onde reside, depois de deixar a sua filha na escola foi abordado por agentes da Polícia, as Câmaras de vigilância no local mostram-no a ser forçado a entrar num carro da Polícia Metropolitana, Guilherme Rivera Fuquene é Presidente do sindicato dos funcionários públicos da Alteateria de Bogotá e é comunista, são de angústia e de dor as horas que vive Sónia e a sua filha até hoje pese embora as manifestações da família e dos seus companheiros, os apelos internacionais das organizações sindicais, as demandas juntas das instituições políticas e judiciais da Colômbia nada se sabe do paradeiro de Guilherme Rivera Fuquene, entre os dias sete de Agosto de 2002 e sete de Agosto de 2007, foram assinados na Colômbia trezentos e noventa e nove sindicalistas, nos três primeiros meses de 2008 contavam-se já dezoito mortos tudo na mais absoluta e completa impunidade, e ao som de inflamados discursos de Álvaro Uribe contra a actividade sindical, o riso e a felicidade de Ingrid Bettencourt não pode servir para silenciar o choro e a angústia de Sónia Bettencourt, seria de uma insuportável injustiça que o regozijo pela libertação de uma fosse instrumentalizado de forma deliberada ou involuntária para branquear a culpa dos responsáveis políticos e criminais pelo sofrimento de Guilherme Rivera Fuquene, Sónia Bettencourt e da pequena Caira, a Colômbia vive em guerra desde o começo do século de 1948 em que milhares de pessoas foram assinadas na pressão que sufocou o protesto popular contra o atentado que vitimou Jorge Luis Gaitano o candidato do partido Liberal à eleições de 1946, desde então sucedem-se os Governos e os Presidentes representantes de uma única oligarquia vendida aos ditames das multinacionais e dos interesses imperialistas norteamericanos e corroídas pelo narcotráfico, comunistas democráticas de diferentes credos políticos, sindicalistas, activistas sociais, têm sido raptados, torturados e assinados, trabalhadores, comunidades indígenas e aldeãs são brutalmente reprimidas, com a autoridade que nos confere a longo e heróica contra ao fascismo nós, os comunistas portugueses não nos identificamos com o rapto como método ou instrumento de acção política, menos ainda naturalmente se atingem pessoas que não são representantes directos do regime, da oligarquia ou das forças repressivas que se combatem, mas respeito pela nossa própria luta a nossa distanciamento em relação a esses métodos não nos pode conduzir a calar a nossa solidariedade com a luta do povo da Colômbia pela paz, pela justiça social e pela liberdade, contra os que pretendem transformar o positivo e o justo regresso à liberdade de Ingrid Bettencourt numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

etapa mais contra a luta na repressão, contra a luta do povo da Colômbia e no fortalecimento da linha de uma ilusória vitória militar daqui queremos apelar que o contrário a que esse possa ser o primeiro passo no sentido da busca de uma solução pacífica e política para o conflito que permita tanto a libertação dos reféns das FARC como de todos os presos políticos encarcerados nas cadeias do regime colombiano que devolva àquele país a justiça a democracia e a dignidade e ao seu povo o direito de decidir de forma soberana sobre os destinos da sua terra.”-----

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, a Moção que nós aqui apresentamos tem como único objectivo colocar as questões naquilo que nós achamos que é importante neste momento, que é saudar a libertação de Ingrid Bettencourt, como sabem ela foi eleita deputada, depois senadora, viu afastar-se da sua actividade política grande parte da classe política, porque foi uma mulher que sempre e de uma forma corajosa sempre denunciou a corrupção as arbitrariedades, as traficâncias que existiam no país, defendeu desde sempre uma solução negociada do conflito que há largos anos existem e como já foi aqui referido entre o Governo Colombiano e digamos as formas da FARC, era membro de um pequeno partido chamado Oxigénio Verde, e lançou-se em campanha em 26 de Maio de 2002, importa só recordar as circunstâncias em que ela foi detida, foi momento em que existia uma negociação entre o Governo e as FARC no sentido de haver um entendimento que se tinha conseguido e conseguiu-se em 20 de Fevereiro de 2002, e infelizmente esse compromisso foi rompido por parte do Governo Colombiano e que levou que fosse levado uma ofensiva brutal sobre uma zona chamada vila de São Vicente de Canguan, mas Ingrid Bettencourt não satisfeita com isso resolvei ir lá, a essa vila a essa zona, pedia às autoridades para via aérea para poder lá ir, não foi autorizada, mesmo assim meteu-se no carro foi a caminho e mesmo com o apelo que foi feito pelo motorista já que havia um cerco que estavam a existir nas estadas ela insistiu em ir ao encontro da população para com elas conversar, mesmo assim, nestas circunstâncias as FARC deteve-a durante essa altura em circunstâncias desumanas e durante seis anos ela esteve nas situações que todos nós conhecemos e é por isso que nós aqui estamos a saudar, a saudar efusivamente esta libertação porque o Partido Socialista não aceita que, em qualquer lugar do mundo, haja reféns, haja reféns civis, haja sequestro e haja o tratamento desumano como foi feito a este e a outros reféns, mas claro que este acto é praticado por uma organização, e é aí que nos divide

relativamente à Moção da CDU, é porque a CDU não foi clara aqui foi clara na condenação do sequestro, mas na sua Moção nada diz sobre isso, e também não é clara na leitura que faz relativamente às FARC, à FARC como sabem é uma organização de inspiração comunista, que opera mediante uso de métodos terroristas e a tácticas de guerrilha, é uma organização terroristas que é não só considerada pela União Europeia como vários países do mundo, uma organização que sequestra, violando a convenções, nomeadamente a convenção de Genebra, foi criada como sabem em 64 provinda do Partido Comunista Colombiano, depois houve divergências na perspectiva de que eles logo aí em 64, também controlavam maior parte das refinarias e distribuição de cocaína da Colômbia, aliás eles são responsáveis as FARC pela distribuição de grande parte da cocaína e de tráfico de droga e detêm mais de um bilião de dólares de tráfico de droga controle e manda para vários países, as FARC atacam civis mesmo que não sejam envolvidos em conflito, as FARC instalam minas anti-pessoais, as FARC recrutam crianças, aliás segundo relatórios da Human Rights Watch vinte a trinta por cento dos guerrilheiros das FARC são menores de dezoito anos, ou seja cerca de três mil e quinhentos combatentes, eles violam abusam das mulheres que muitas vezes são obrigadas a aderir a esses movimentos como também diz esses relatórios todos eles da Human Rights Watch, sequestrados até ao momento seis mil pessoas, e nos últimos anos e em final de 2007, havia oitocentos reféns em cativeiros, muitos deles soldados, e isto obviamente nós não podemos admitir não podemos aceitar e claramente o dizemos as FARC é uma organização terrorista que necessariamente terá que libertar todas as pessoas nas condições que têm, mas relativamente ao regime colombiano também temos que ter posições cautelosas porque como sabem em Maio de 85 nasceu uma união chamada União Patriótica, a União Patriótica no fundo nasceu no âmbito de uma concepção que havia na altura entre movimentos revolucionais e o Governo Colombiano, acontece porém que esses acordo logo aí não resultou e também temos vindo a assistir durante anos ao homicídio, atentados, a mortes de vários dirigentes da União Patriótica e de outros movimentos que então são criados, aliás penso que já existem várias pessoas nomeadamente membros do senado, aliás o último elemento do senado faleceu em 1994 assinado dentro de uma lógica que é sempre colocada na Colômbia muito própria que nunca se sabe quem matou se foi o narcotráfico se foi digamos um delinquente normal, por isso este Regime é um regime também que ... (VIRAGEM DA CASSETE) ... alguns elementos da oposição colombiana é algo que não deve de existir porque é uma democracia típica da América Latina em que obviamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

existem dois partidos que controlam a função de oligarquias e por isso a sua democracia não é uma democracia e os seus métodos que nós nos revemos daqui que nós também aqui não poderemos subscrever alguma parte da Moção que o CDS/PP apresenta conjuntamente com o PSD de no fundo celebrar, no fundo esta, este regime, por isso como dizia alguém os civis nunca deviam ser sequestrados, nem os militares deveriam ser mantidos como pessoas nas condições de selva, nem os prisioneiros, por isso nenhum propósito revolucionário justifica a forma como Ingrid Bettencourt foi presa quem diz isto é Fidel Castro em declarações que proferiu após estes acontecimentos que infelizmente não demoveram o Partido Comunista Português relativamente à condenação objectiva dos métodos das FARC e os métodos aplicados. Uma última nota relativamente àquilo que é Moção do Bloco de Esquerda que eu tive agora só a oportunidade de ler, o que podemos dizer relativamente da matéria é o seguinte nós também vimos com muito desagrado a Directiva da Comunidade Europeia relativamente aos imigrantes, também consideramos que imigrantes sem papéis, que estejam detidos em solo europeu e que passem dezoito meses em centros de detenção é algo que é desumano, que nós não acompanhamos relativamente a este método, penso que é um passo excessivo e é excessivo dezoito meses sem culpa formada as pessoas estarem detidas e depois serem recambiadas para os seus países e nesse sentido também nós acompanhamos a Moção porque estamos, afastamo-nos desta Directiva da Comunidade Europeia, achamos que foi uma má solução, achamos que todo este mecanismo fazia sentido mas com prazos mais curtos e estes prazos realmente são desumanos e não vão de encontro no fundo do espírito que os portugueses sempre tiveram de compreensão e de respeito pela dignidade humana nomeadamente os imigrantes, muito obrigado.” -----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimentos): “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Deputado João Serrano cumprimento em primeiro lugar porque vejo que estudou o assunto, ou que procurou estudar o assunto evidentemente que isso é motivo de elevação do debate político, a questão que lhe queria colocar tem a ver com o seguinte: eu ouvi com atenção as suas palavras mas fico com uma dúvida é porque o Partido Socialista escolheu fazer uma Moção que a propósito da digamos libertação de Ingrid Bettencourt desenvolve a sua análise sobre as FARC, mas optou por não desenvolver, por não expressar a sua análise sobre o Governo da Colômbia, o Senhor Deputado se informou sobre o assunto sabe que existem documentos, desclassificados entretanto dos serviços secretos Norte-

ℓ

americanos, que acusam claramente, que denunciam a participação de Álvaro Uribe no narcotráfico, as suas relações com Pablo Escobar, do Cartel de Medellín as suas relações com os paramilitares, as suas ligações a massacres que foram feitos quando ele era delegado provincial em Antioquia e portanto o Senhor Deputado se conhece isto e aliás a sua intervenção aqui foi, pareceu-me inequívoca e clara relativamente à condenação da política de Álvaro Uribe e do seu Governo, a questão que lhe quero colocar é tão simples e é esta, é porque razão, porque razão não lhe merece por justo equilíbrio igual condenação, relativamente à política do Governo da Colômbia, porque acusar-nos a nós de não falar das FARC quando o fizemos de forma clara e só falarmos do Governo da Colômbia e por sua parte fazer rigorosamente o inverso, porque na sua Moção não há uma palavra, nem uma tímida como aquele o Senhor Deputado João Paulo Castanheira referiu, muito tímida sobre Álvaro Uribe e o regime da Colômbia é que me parece um pouco estranho.” -----

Senhor Deputado João Serrano (resposta ao pedido de esclarecimentos): “Senhor Presidente é muito simples, o que está aqui em cima da mesa e o acontecimento que está aqui em cima da mesa é a libertação de Ingrid Bettencourt e obviamente que aquilo que nós aqui queremos saudar e concentramos na nossa intervenção é a libertação de Ingrid Bettencourt e temos também que condenar a razão porque é que Ingrid Bettencourt e outras pessoas estão presas, a forma como estão sequestradas por quem estão sequestradas e é isto no fundo nós temos que condenar e é isto no fundo que é o que estava no fundo do âmbito do fundo da Moção que foi discutida. Acho que colocar a questão das Moções tanto de uma como de outra por um lado do PSD/CDS-PP colocar uma digamos esquecer ou omitir todo o contexto colombiano é algo que não é objectivo como também acho que a Moção da CDU que em nenhum momento critica a FARC, que em nenhum momento considera as FARC um elemento terrorista, que em nenhum momento condena o sequestro, ou seja afasta completamente a realidade, os autores desta infamidade que é o que se passa na Colômbia, acho que também sinceramente é uma visão parcelar daquilo que é a realidade objectiva, a nossa parte, a nossa Moção estamos dispostos obviamente a discutir convosco, para encontrar uma Moção conjunta tem como único objectivo saudar a libertação, condenar o sequestro, porque o sequestro qualquer que seja as situações, qualquer que seja os métodos do regime não é admissível, aliás eu acho que qualquer que seja o regime, não justifica muito menos por forças revolucionárias que a pratiquem métodos para resposta a essas atitudes, essa não é os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

métodos que nós achamos que é apazível e nada justifica o sequestro de pessoas civis em que circunstância forem, nenhum regime o admitimos isso e o Partido Comunista Português sabe muito bem disso porque na altura do antigo regime em que obviamente condenava o regime também não utilizou esses métodos e por isso também por certo não poderá aceitar os métodos da FARC e tem que condenar objectivamente esta matéria, eu confesso que aqui como há dias na Assembleia da Republica não ouvi da parte do Partido Comunista, não sei porquê nenhuma palavra nenhuma condenação relativamente às FARC e aos seus métodos, é isso a razão da nossa moção e a razão porque nós apresentamos e os moldes que apresentamos, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Alcides de Matos**: “Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas Deputados, senhores Vereadores da Câmara, eu gostaria como Presidente da Junta de Freguesia da Reboleira, e porque hoje um dos temas, ouvi aqui falar muito em selva, gostaria também de falar um pouco de uma selva que existe na Reboleira, mas é uma selva de betão, que faz da Reboleira com os seus vinte e um mil e cem habitantes, por km quadrado, como a freguesia mais populosa da Europa, mas no meio desta selva e no meio da Amadora visto que esta freguesia se insere bem no coração da Amadora existem muitas vezes núcleos de instituições e de pessoas que dignificam de facto quer a freguesia quer o Município e que fazem que aquela palavra que o melhor que existe na Amadora são as pessoas tenha sentido e esteja sempre presente e eu hoje quero-me referir à situação de uma grande alegria que nós temos, as pessoas da Reboleira e as pessoas da Amadora, porque no dia vinte e três deste mês conforme sabem partem para Pequim a representação olímpica de Portugal, uma representação grande cerca de setenta e oito atletas e onde irão incluídos das várias modalidades, irão incluídos oito atletas que irão competir na disciplina da natação, da natação pura, e conforme sabem desses oito atletas, três atletas da Amadora irão estar presentes irão representar quer a Amadora, quer o nosso país, Portugal, o que nos honra com uma representação tão elevada, por outro lado dar também a informação, que eu penso que sabem que integrado na própria representação também da natação e do comité olímpico português irá estar uma jovem que irá pertencer a um campo internacional da juventude, que foi criado desde 1912 em todos os jogos olímpicos e que representa, tem seiscentos jovens dos dezasseis aos dezoito anos representado dois por país um masculino e um feminino, e também coube à representação feminina, escolhida pelo comité olímpico pelo

seu curriculum desportivo coube também a uma atleta também da Amadora do clube de natação da Amadora para ir para esse campo internacional da juventude, como técnico destes atletas também irá acompanhar os atletas, eu penso que no meio desta selva que de facto a Reboleira também é, também há estas questões, estes brilhos que é importante também destacar aqui há cinco pessoas da Amadora que irão estar integradas e irão representar a prova mais importante que se realiza a nível de todo o mundo, muito obrigado.” -----

Senhor Deputado Rafael Evaristo: “Muito obrigado Senhor Presidente, antes de mais aproveito aqui a orientação prévia do Senhor Alcides para falar também de uma olimpíada que está a decorrer, são as olimpíadas tecnológicas em que nós temos lá uma equipa portuguesa infelizmente ela não é da Amadora, se calhar poderia ser se houvesse pólos tecnológicos que de algumas forma pudessem fomentar aquilo que é inovação e se pudessem de alguma forma poder trazer o conhecimento e valor acrescentado a isto, claro que sim é muito importante isto da questão física é muito importante a competição física é muito importante, mas acho que hoje em dia se joga no tabuleiro, que é o tabuleiro da questão intelectual, da questão do conhecimento e penso que isso é que pode valorizar também a qualidade de vida, bem isto enfim é um repto é quase uma provocação, a outra questão que aqui me trás tem a ver com uma situação que todos nós temos sentido aliás o próprio PS sente na sua página da Internet diz isto em alguns artigos que faz, em algumas afirmações que faz que é a questão do PDM, e hoje eu vou fazer perguntas claras, perguntas respostas claras, a pergunta clara que eu faço é esta Câmara quando é que pensa, se é que pensa enfim poder lançar a discussão sobre o PDM e fazer as alterações que são necessárias, propor as alterações que são necessárias, nomeadamente aquilo que é a redução da área de construção, todas estas situações por isso é uma pergunta clara e gostaria de uma resposta claro que sim, é bom que então estejamos para breve, muito bem, a outra questão que aqui me leva tem a ver com a questão das Moções e continuando nesta cena das perguntas claras há uma pergunta que para mim que sou uma pessoa simples não vi respondido é perceber se o PCP efectivamente acompanha a União Europeia naquilo que é a condenação das FARC, considerando como uma organização terrorista ou efectivamente não acompanha, porque até hoje não consegui perceber isto e depois de ouvir atentamente o Carlos Almeida, continuei a não perceber isto, porque acho que efectivamente se disse aqui também, efectivamente não se fez de alguma forma referência àquilo que é o regime colombiano e apelidou-se esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

organização de revolucionária enfim não sei muito bem qual é a revolução que é pretendida com isto, mas estas situações estas situações, nomeadamente sobre a questão da CDU, ó Senhor Deputado desculpe eu estou a tentar não lhe responder que é para que o Senhor Deputado tenha a oportunidade.” -----

Senhora **Primeira Secretária da Mesa**: “Caros Colegas sem haver intervenções colaterais, continua lá Rafael, obrigada.” -----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: “Muito obrigado a questão que eu gostaria de trazer aqui, desculpem esta situação é curiosa é típica do PCP que é efectivamente lançar completamente a confusão, desviar completamente aquilo que é o esquema e apelidar os outros aquilo que ele próprio se faz na sua situação, e o curioso é que aqui, vou esclarecer com certeza, vou esclarecer com certeza se me permitir com educação, e com elevação vamos conseguir fazer isto, o que eu não vejo nesta Moção da CDU é aquilo que efectivamente apelida que é uma condenação clara e inequívoca daquilo que é a actuação das FARC no país, não vejo claro, efectivamente aqui vejo uma condenação daquilo que é o regime colombiano, vejo efectivamente aquilo que são as instituições mais democráticas ou menos democráticas, enfim essa questão da participação pode ser discutida, naturalmente que deve ser discutida, alias deve ser discutida e é curioso que se toma por um pouco aquilo que efectivamente é, que se toma por um todo aquilo que é um pouco da nação, porque qual é que é a base social que apoia as FARC, qual é que é este movimento que se tem levantado e que de alguma forma se sinta como tal, como é que esta que emana do povo, esta questão democracia que emana do povo quer dizer é curioso porque eu não sinto isso, mas mais do que isso preocupa-me a não clara ou a pouco clara posição da CDU em relação àquilo que é as FARC e eu gostava de ver aqui de ouvir aqui efectivamente qual é que é a posição, muito obrigada.” -----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Boa noite Senhor Presidente, secretários, boa noite ao Executivo, boa noite aos senhores Deputados, público presente, o Bloco de Esquerda apresentou aqui uma Moção que vai contra a directiva apelidada da vergonha que nós concordamos que seja assim apelidada, porque esta directiva define o ponto de vista oficial da União Europeia perante aqueles que tentam fugir à fome e à guerra nos seus países e

e

tentam garantir um futuro com o mínimo de bem-estar para os seus filhos, a mensagem que nos passa é clara desandem, esta é a directiva da vergonha e da desonra Europeia porque ninguém é imigrante ilegal porque sim, ou porque quer, só não tem papéis quem não consegue ter papéis, quem não sabe como obtê-los, quem não pode, quem está na posição de maior fragilidade imaginável, os humilhados e os ofendidos do mundo, ainda fazendo uma analogia brindou-nos recentemente o Ministro do Governo da Direita, Sílvio Berlusconi, anunciando em Junho que queria enviar as forças de segurança aos campos para recolher impressões digitais no âmbito do plano do Governo contra a criminalidade e imigração ilegal, sobre esta questão se Sílvio Berlusconi quisesse de facto combater fenómenos como a mendicância tomaria medidas como garantir o acesso à educação, à habitação, à assistência sanitária básica no marco das políticas de inclusão e de integração e proteger essas pessoas contra a exploração a que muitas vezes estão sujeitas, infelizmente estamos a um passo de marcar com ferro em brasa como se faz muitas vezes com o gado, relativamente à Moção sobre a libertação de Ingrid Bettencourt o Bloco de Esquerda está de acordo com a proposta aqui apresentada pela CDU, fazendo apenas uma ressalva que tem que ver com a condenação do sequestro de pessoas como forma de intervenção política, disse.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado Senhora Deputada Cláudia Cardoso e dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida, Senhor Deputado tenha a bondade, só por uma questão de tempo, agora já começou a falar muita gente, a CDU tem nove minutos, tem sete e quarenta portanto mais um minuto e tal.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado não vou, portanto em relação às questões que foram colocadas e às perguntas que assaltam alguns Senhores Deputados eu queria começar por citar o seguinte: eu não sei se conhecem, existem um termo na Colômbia que é muito utilizado hoje no debate político que se chama uma “pára política”, a pára política tem que ver com o envolvimento dos paramilitares na acção política e na vida política da Colômbia então eu quero-vos dizer a própria Ingrid Betencourt não terá com certeza simpatias com as FARC nem eu tenho simpatias ou antipatias com o percurso político de Ingrid Betencourt mas Ingrid Betencourt pouco depois da sua libertação deu uma entrevista à Semana que é um periódico importante da Colômbia, no dia 8 de Julho deste ano em que fez a seguinte afirmação, se quiser eu depois posso lhe enviar a página da Internet



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

onde isso está escrito ela diz o seguinte: “Tocar na pára política, é tocar nos fundamentos do apoio ao Presidente Uribe a nível político”, fim de citação, relativamente à organização terrorista, Senhor Deputado, nós não dizemos que as FARC são uma organização terrorista, como nunca nos ouviu dizer que qualquer organização esquerda, direita, centro, para cima, para baixo, o que quiser é terrorista, porque como todos nós sabemos essa classificação de organização terrorista é hoje um espantalho que se aplica em função das circunstâncias, o Senhor Deputado talvez não se lembre mas o ANC já foi uma organização terrorista e o seu Partido, ou os partidos da direita já acharam que o ANC era um partido terrorista sabe o Presidente Nelson Mandela, foi preso por o dirigente do braço armado do ANC, Senhor Deputado já reparou, veja bem o que isto implica, portanto agora da nossa parte não há a mínima tibieza Senhor Deputado, não há a mínima tibieza em condenar os métodos, ou alguns métodos, ou os métodos que são utilizados e portanto quero aqui dizer, com toda a tranquilidade que estamos disponíveis para colocar a nossa Moção ao debate e introduzir nela um ponto que seja absolutamente claro na condenação do rapto e do sequestro como instrumentos de acção política não temos nenhum problema com isso e estamos perfeitamente disponíveis para o fazer. Relativamente à eleição do Presidente Uribe eu queria só informar os Senhores Deputados que eventualmente não tenham conhecimento que a eleição do Presidente Uribe está dependente de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, por causa não saibam houve uma senadora que denunciou o facto de ter sido subornada para alterar o sentido de voto de maneira a que fosse permitido ao Presidente Uribe recandidatar-se nas últimas eleições, e veja bem que se isto fosse sobre outros Presidentes o que não diria o Senhor Deputado, o Presidente Uribe está disponível para novamente fazer uma nova alteração à constituição para mais uma vez se puder candidatar outra vez à Presidência da República, o que o Senhor Deputado não diria se isto fosse sobre outros Presidentes mas como é sobre Álvaro Uribe o Senhor Deputado não sabe ou calasse, relativamente, só para terminar Senhor Presidente, muito obrigado, relativamente a esta Moção do Bloco de Esquerda nós queremos dizer que votamos e acompanhamos as preocupações, mas queremos também acrescentar que este é também um sinal dos tempos na Europa, e queremos também dizer que isto não é indissociado, não é indissociável da tentativa de impor aos povos da Europa uma União Europeia construída sobre um tratado constitucional que é feito nas costas dos povos e dos cidadãos da Europa e isto não é indissociável uma coisa da outra e há que ser coerente e assumir isso até ao fim, só para concluir Senhor Presidente vou já terminar para

dizer que estamos disponíveis para incluir na nossa Moção uma expressão no sentido de que a Cláudia sugeriu que condene de forma clara o rapto, o sequestro como instrumento de arma política e portanto estamos disponíveis para acrescentar um ponto na nossa Moção que vá nesse sentido.” -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira: “Boa Noite Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente, Mesa, eu possivelmente faria melhor estar calado, entretanto estas questões da América latina são daquelas questões que me fazem ferver o sangue digo com toda a franqueza, a pequena intervenção que eu vou fazer é uma homenagem a três jovens amigos que eu tinha quando tinha vinte anos ao Vicente, à Gabriela e ao Roberto, é um grupo malteco, uma argentina e um chileno e é neste contexto que eu considero que ficar calado seria talvez uma traição aos meus amigos, que me desculpem os amigos do Partido Socialista eu em questões internacionais tenho algumas dúvidas bastantes grandes sobre quem são os responsáveis destas situações, naturalmente compreendo a Moção soft a Moção e estou de acordo que se condene o rapto, que se condenem a tomada de reféns que se condenem as FARC mas esta é uma árvore que não pode de maneira nenhuma ocultar a floresta, quem são os responsáveis e eu digo isto, porque destes três amigos dois deles um foi morto em Vale Paraíso e outro foi morto na Guatemala e depois deles quantos milhares na América Latina, quantos milhares em silêncio, sem os holofotes da televisão, sem os Sarkozys, sem muita gente que tem força nos meios de comunicação social nem deram por eles, foram milhares e milhares, é por isso e quem são os responsáveis, quem foram os responsáveis destas questões, naturalmente falar da América Latina sem ir um pouco mais longe se calhar é ficar em dívida e eu digo com toda a franqueza se isto estiver aliado de facto à libertação de toda de toda a América Latina que é aquilo que acontece neste momento, onde quase excepção é regime do Senhor Uribe eu voto qualquer moção, agora o grande responsável e que tem ali até questões ligadas a questões humanas ali na própria América Latina um pouco mais a Norte esse sim, esse para mim é o grande responsável, portanto eu vou-me abster em qualquer destas Moções porque não vejo bem clara e bem nítida quais são as razões que levam a tomar posição pela árvore e não atacar a floresta, uma floresta negra, que afinal não é na Alemanha mas é a floresta negra do Tio Sam essa para mim é que é, essa é que é aquela que vai continuar a criar condições para haver muito mais Bettencourt muito mais se calhar no momento em que estou aqui a falar algumas destas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

situações continuaram na América Latina, só que esta enche os holofotes do pessoal e acho muito bem que se condene inequivocamente mas ir um pouco mais além, muito obrigado.” ---

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, Afilhado, dou, ainda tenho uns segundos aqui para o Senhor Presidente Amílcar, quer fazer, inscreveu-se muito bem, Amílcar Martins o PS quase não tem tempo, mas dado que tenho sido tolerante também fui com a CDU.” -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Brás: “É só uns segundos, Boa noite Senhor Presidente digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, falou-se aqui em muitas coisas mas tem-se falado muito pouco das freguesias e é isso que nos interessa este fórum, o fórum onde nós estamos é para trabalhar alguns assuntos que não sendo tão diferentes como aqueles que nós seguimos pela televisão a nível internacional, têm o mesmo sentido e se calhar mais sentido para nós, relativamente aos revolucionários e enfim a muita gente que exalta aqui a liberdade e a democracia, nós devemos talvez falar do Moinho do Guizo como já se falou aqui e eu estou muito calmo e sereno desta na qualidade de gestor Autárquico porque sei que nenhum de nós aqui se submeteu ao jogo por prazer, estamos às vezes nestas coisas, nas aprovações os terroristas urbanos existem não vamos condenar porque quem aprovo esta ou aquela urbanização espontânea condenando ao marasmo e à indiferença milhares de pessoas que residem agora nos novos bairros não são terroristas mas também não merecem que nós criemos aqui um prémio por terem aprovado urbanizações espontâneas onde falta qualidade de vida, onde as pessoas não estão sequestradas psicologicamente mas não estão libertos também desta prisão, que é uma prisão, uma pressão psico-intelectual, as pessoas não têm liberdade, não têm qualidade de vida, têm talvez liberdade de expressão mas não têm qualidade de vida, portanto o que eu sugeria é que esta Assembleia e os Deputados desta Assembleia se voltassem um bocado mais para dentro e não olhassem tanto para assuntos de televisão, ainda nenhum vi aqui, ainda não vi aqui a não se ali o Castanheira pessoas aqui do lado da nossa esquerda que dissessem assim fez-se qualquer coisa de mal feito, mas não vamos condenar quem fez mas também não vamos dar-lhe valores, não vamos dar-lhe louvores, agora o que está mal feito não se pode esta aqui todos os dias a massacrar as pessoas que aprovaram, as pessoas que dirigiam quem estava quem não estava houve aqui coisas que este executivo já fez ou já

ℓ

reparou ou que os outros não foram capazes de reparar, houve aqui urbanizações que foram aprovadas, sim senhor depois deste Executivo, o Executivo do PS ser eleito, foram eleitos as pessoas em Outubro, ou Novembro, tomaram posse em Janeiro, mas antes de tomarem posse foram aprovadas urbanizações, urbanizações espontâneas sem qualidade nenhuma, equipamentos nem vê-los, muros de vergonha, não são muros de liberdade, são muros de vergonha, do mal o bem, então vamos trabalhar para reparar o mal, mas não culpemos nenhum dos indivíduos que geriram nesta Câmara no passado nem vamos culpar os indivíduos que estão a gerir a Câmara neste momento vamos culpar sim a sociedade actual que não sabe fazer melhor, senão tínhamos melhor, disse-o.” -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, penso que o Carlos Almeida pediu a palavra, não sei se é para pedido de esclarecimento naturalmente é tem esse efeito não, também só pode ser para esse efeito ou para protestar ou para pedido de esclarecimentos ou para interpelar a mesma.” -----

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimentos): “Muito obrigado Senhor Presidente eu confesso que tive dificuldade em perceber alguns aspectos da Intervenção do Senhor Presidente mas o que eu percebi a pergunta que lhe queria colocar era também simples era para saber qual é que foi a votação do Partido Socialista relativamente à aprovação dessa Urbanização do Moinho do Guizo o que é que votaram os Senhores Vereadores do Partido Socialista nessa Moção, e dizer-lhe também relativamente, perguntar-lhe também o Senhor Presidente pareceu-me um pouco incomodado por se estar aqui a discutir um tema de actualidade internacional numa Assembleia Municipal que é da Amadora eu também na última Assembleia Municipal também fiz notar, aliás o Senhor Presidente até fez alguma graça com isso, o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter afirmado que tinha deliberado sobre uma matéria e nem sequer tinha dado conversa nem sequer tinha ouvido, nem procurado ouvir os Senhores Presidentes de Junta e nenhum Presidente de Junta na altura se sentiu incomodado, eu pensei que talvez o Senhor Presidente ou não tivesse cá estado ou viesse agora incomodar-se com o facto de o Senhor Presidente ter tomado essa decisão, mas pelos vistos afinal não são só os temas internacionais que o incomodam os temas das freguesias pelos vistos também, lhe cria alguma dificuldade.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente quer fala, não quer, muito bem, Senhor Deputado João Paulo Castanheira tenha a bondade.”-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente é uma reflexão muito breve, sobre as palavras do Colega do Carlos Almeida, de facto veio aqui pôr em causa a recandidatura do Presidente Álvaro Uribe é porque eventualmente não podia se ter recandidatado, eu sei, não os colombianos votaram no Presidente Álvaro Uribe, essa é uma questão que eu queria clarificar Senhor Presidente, o Senhor Deputado é que põem me causa a possibilidade de ele se ter recandidatado mas ninguém lhe arrancar uma palavra sobre o regime cubano, é que Colômbia ainda há eleições, na Colômbia ainda há eleições e as pessoas ainda votam no Presidente que lá está, em cuba as pessoas não votam, ah há eleições, cá também haviam em Portugal antes de 74 gostava delas Senhor Deputado devia ter vergonha de falar nas eleições de Cuba, quem se arroga ter lutado pela liberdade devia ter vergonha de falar nas eleições de Cuba, Senhor Deputado o Senhor Deputado, eu sei que é complicado, eu sei que é complicado ouvir o Senhor Deputado admite colocar uma frasezita, admite colocar uma frasezita a condenar o rapto e o sequestro mas arrancar uma palavra a condenar aqui as FARC é que ninguém lhe arranca Senhor Deputado, isso aqui ninguém aqui lhe ouve eu diria, eu podia dizer, eu podia dizer que é miopia que é uma análise míope da realidade, mas não, ó senhor Deputado o problema, não é um problema”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Colegas, Senhor Deputado João Paulo Castanheira, Senhor Vereador vamos lá a ver, oiça lá há limites que isso não, Senhor Deputado João Paulo Castanheira, eu tenho de em dirigir à Assembleia não há vereação, a Vereação pode nos termos do nosso Regimento, a Vereação tem direito a estar presente e tem o dever de só o Senhor Presidente da Câmara de estar presente nos termos da lei, a Vereação pode estar presente, pode assistir e pode também nos termos da Lei e do Regimento qualquer Vereador que se sinta ofendido na sua honra e na sua consideração, pedir a palavra para a defesa da honra no fim da Sessão da Assembleia, é a única coisa que a Lei diz que os Senhores Vereadores podem intervir, a não ser que sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara lhes dê a palavra quando interpelado, são estas as regras e quem quiser cumprir as regras cumpre, quem não quiser cumprir as regras está a tomar atitudes antidemocráticas, portanto para esclarecermos as coisas, pedi ao Senhor Deputado João Paulo Castanheira o favor de parar a

sua intervenção e peço desculpa para fazer um apelo a todos os colegas, nomeadamente aos colegas que o estavam a interpelar constantemente porque como sabem nos termos do nosso Regimento são permitidos apartes mas às vezes aqui estabelece-se dada a proximidade do palco entre o orador e os Senhores Deputados estabelece-se diálogo o que dificulta esta coisa da democracia que é sabermos ouvir-nos uns aos outros, há instrumentos regimentais deixem o Senhor Deputado falar e a seguir pedir-lhe-ão os esclarecimentos que entenderem e acho que tudo correrá bem, portanto ouçamo-nos uns aos outros, colegas, Senhor Deputado tenha a bondade.” -----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente eu não tomo muito mais tempo eu dizia que podia ser uma questão de miopia na análise da realidade, mas eu acho que não é uma questão de ADN político, para o Partido Comunista Português, Cuba está bem, a Coreia do Norte está bem, assim como a União Soviética estava bem é um problema do Partido Comunista Português e por isso é que os Regimes Comunistas acabaram como acabaram e essa história já está escrita e não vale a pena falar sobre ela, mas Senhores Deputados eu andaria um pouco mais para a frente falando em questão à relação do Bloco de Esquerda dizer o seguinte: eu sou pessoalmente e nós somos contrários à questão da retenção dos imigrantes sem papéis por dezoito meses achamos que isso é uma questão inaceitável, mas aquilo que parece estar por detrás da Moção do Bloco de Esquerda é uma lógica política de imigração de porta aberta, e contra essa política de imigração e responsável de porta aberta nós somos obviamente contra essa politica responsável porque em relação à África Senhores Deputados há uma coisa que nós temos que fazer inequivocamente para evitar que as pessoas de África fujam para a Europa, temos é que condenar os corruptos do Zimbabué e os Corruptos de Angola, que ainda há dias o secretário do Partido Comunista veio de Angola felicíssimo com a democracia angolana, disse, disse, disse, veio, veio e disse e é essa condenação dos corruptos africanos que obrigam as pessoas de África a fugir para a Europa isso é que tem que ser feito e isso é que não se ouve também essas palavras é que não arrancam também ao Partido Comunista, não se consegue, ó Senhores Deputados apenas para terminar, eu queria dizer que em relação ao Moinho do Guizo informo já aqui o Senhor Presidente da Assembleia mas farei formalmente a acta dessa celebre sessão da Câmara Municipal da Amadora de Janeiro de 1998, vou pedir essa acta e trarei aqui a acta e lerei de facto quem é que votou a favor do quê qual foi a posição do Partido Comunista nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Urbanizações selvagens que foram aprovadas e dos outros seguramente olhe do CDS não haverá lá aprovação, muito obrigado.” -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhores Deputados, já vos dou a palavra está inscrita para um pedido de esclarecimentos a Senhora Deputada Cláudia Cardoso, tenha a bondade.” -

Senhora Deputada Cláudia Cardoso (pedido de esclarecimentos): “Queria convidar o Deputado João Paulo Castanheira a dizer-me qual é o sítio da Moção em que se vislumbra algo mais do que aqui está escrito.” -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado, não sei se o João quer responder, não, muito bem, Colegas está esgotado o período, está esgotado, não sei se está aí o João Serrano que é um Líder, está, porque falaram aqui na hipótese de terem uma Moção conjunta, foi isto que decorreu das, eu não vou interromper como devem compreender os trabalhos se quiserem eu ponho a votação as moções todas como já sabem também valem o que valem, não estão dentro da Ordem do Dia vinculam o que vinculam também são mais questões morais ao fim ao cabo do que de vinculação do Órgão, o Órgão não se vincula a qualquer uma das Moções, podemos votá-las nos termos Lei do Regimento se quiserem no fim pode-se voltar a este tema e tentar digamos votá-las se acharem os Partidos todos que há, se acharem os Partidos todos que podem fazer isso mas eu prosseguia com a Ordem do Dia e depois se chegassem a um acordo se sim, se não voltar-se-ia à Moções, eu sei que não é muito católico aquilo que estou a propor mas parecem-me que seria melhor, muito bem vamos entrar no período da Ordem do Dia, peço desculpa Senhor Presidente, nos termos do Regimento Vossa Excelência pode responder às questões que lhe colocaram.” -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Eu não vou entrar nessa discussão sobre as Moções como é óbvio, não, não tenho mais que fazer, tenho pensamento próprio sobre matéria como deve de imaginar e está traduzido na Moção do Partido Socialista, bom mas vamos às questões colocadas por causa, o Evaristo hoje está com uma piada já lá vamos, um sentido de humor hoje está alto de facto, o Deputado Carixas colocou duas questões essenciais e tem a ver de facto com a questão dos transportes e ou da má qualidade de transportes em relação à Vimeca, em relação à Brandoa, nós tivemos a oportunidade de sobre

esta questão da carreira que fazia Brandoa Caparica, costa da Caparica de fazermos uma queixa à entidade naturalmente que compete regular esta matéria dizendo que nós não aceitaríamos que esta carreira acabasse, fazia parte do contrato essa obrigatoriedade, a Vimeca aquilo que argumenta é que neste momento tendo em conta as obras que estão a decorrer na Costa da Caparica e nos acessos por causa do POLIS não tem condições de estacionamento naquela zona, bom eu acho que este é um argumento permita-me a expressão, que me colhe pouco, percebo o esforço que foi feito, mas é um argumento que colhe pouco como é evidente sendo assim ninguém ia para a Costa da Caparica e o pessoal tinha que ir todo a pé, de maneira que é uma das questões que estamos à espera, fizemos queixa à entidade, a entidade há-de de nos responder sobre esta matéria em relação a isso, sobre a questão da última camioneta que parte daqui às vinte e quarenta quero dizer que desconhecíamos vamos ver do ponto de vista daquilo que é o que está estipulado, quais são as obrigações e também no caso de não estar a ser cumprido iremos fazer também a respectiva participação em relação às entidades que têm que fiscalizar esta matéria. João Paulo Castanheira duas coisas não vou entrar na questão do dia doze de Janeiro de 1998, também não vou entrar a dizer que não estava lá por isso não votei, pode estar à vontade, também sei que houve muitos que estavam lá uns votaram e outros não, alguns do PS votaram e outros não, naquela altura também disseram era o fim de festa, mas era interessante e penso que o Senhor Deputado fez muito bem e o Senhor Presidente fará chegar isso à Câmara e teremos o prazer de enviar a acta de todas as propostas e posições de cada proposta há ali posições que às vezes não são enfim, nem sempre os mesmos votam a mesma coisa de maneira que é interessante ver isso, mas pronto é um caso passado não interessa, também não havia nenhum impedimento na Lei que dissesse que não podia haver reuniões de Câmara para decidir depois das eleições de maneira que são, enfim agora já não pode, agora já há regras claras e bem em relação a determinadas matérias não podem ser tomadas entre aquilo que é as eleições e a posse do novo executivo e faz todo o sentido, mas dizer-lhe que em relação àquilo que focou no Moinho do Guizo, dizer o seguinte o que está é o que está, mal e aquilo que nós procuramos fazer é tentar remediar aquilo que está mal, e o Senhor Deputado deu-me aqui uma solução que eu acho interessante e quero-lhe agradecer por isso, não sou daqueles que acha que tudo o que vem da oposição que é mau, há coisas boas às vezes a oposição é que pensa que tudo o que é feito pela Câmara é que é mau, mas isso enfim, nem sempre amor com amor se paga às vezes é ao contrário, mas dizer-lhe o seguinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sobre essa matéria a questão de em relação àqueles muros que é verdade que é uma agressividade enorme dificilmente também se conseguia aprovar aquele loteamento sem aqueles muros como deve de imaginar podia-se ter feito com uma questão de criatividade, etc., mas não foi essa a intenção e naturalmente essa questão de procurar com o ponto de vista de vegetação, nomeadamente trepadeiras ou outro tipo de arbustos, de árvores de poder de alguma forma quebrar aquilo que é de alguma violência que está feito naqueles muros, de facto os muros são agressivos e são muito altos e agressivos e de maneira que pedia ao Senhor Vereador, o Senhor Vereador já tomou nota e irá naturalmente sobre essa matéria pôr um dos técnicos a ver e naturalmente ... (VIRAGEM DE CASSETE) ... os lotes que estavam lá, as pessoas compraram e não podiam construir, porque era um sítio de lixeira, falamos com alguns dos proprietários dos lotes no sentido de eles próprios limparem os lotes, há os processos que estavam pendurados de construção, tendo em conta questão pendurados porquê tendo em conta há um problema não estarem em conformidade, e não se corrigir a conformidade e de maneira que neste momento algumas coisas melhoraram, estamos neste momento a fazer, aliás tiveram oportunidade de ver há pouco tempo veio à Assembleia a uma Reunião Pública, foi à Assembleia mas vai-nos ajudar a intervir naquilo que é o Parque Urbano naquela zona do ponto de vista de intervir no sentido de colocarmos um conjunto de árvores, que nem essas existiam, de poder ali fazer uma intervenção, e ao mesmo tempo esperar os prazos para que a Câmara se possa substituir em relação ao urbanizador, e ao mesmo tempo tem sido feito um diálogo com os actuais proprietários dos lotes que não são os urbanizadores não é, no sentido de em conjunto de ver o que é que cada um pode ajudar para que se possa corrigir, do ponto de vista de limpeza tem sido feito um esforço enorme, e está do ponto de vista do mato e daquilo que tem sido feito, do ponto de vista de evitar que haja um conjunto de descargas de entulhos que tem sido feito, e por isso vamos beneficiar naturalmente com o protocolo que fizemos, primeiro é uma intervenção no Parque, tentar de alguma forma também enfim que o resto da intervenção possa ser feita. Em a esta questão das linhas é evidente que temos um problema, a EDP não se sente responsável tendo em conta que as linhas já lá estavam e se alguém tinha que fazer a mudança era quem naturalmente aprovou aquele loteamento, nós temos um problema lá e esse não vamos conseguir resolver, aliás dois problemas, nós temos dois problemas faz parte do contrato nada é feito, e aquilo que estamos a fazer, nada é feito da parte de quem assume o contrato, nomeadamente também estão recordados que havia 'x' lotes para habitação social ou a custos

controlados, salvo erro cento e dez fogos, ainda não está construído nenhum, seguramente o urbanizador não vai construir nenhum como todos sabemos, é evidente que também não vai ser feito nada no sítio dos lotes, também não conseguimos obrigar, a única coisa que pudemos é estamos a tentar como é que conseguimos de alguma forma ser reembolsados daquilo que a Câmara não vai gastar, nomeadamente a questão da garantia não chega, e se pudemos ou não compensar esse valor através desses lotes que não estão vendidos, que não podem ser vendidos, e se conseguimos de alguma forma atenuar isso, mas há uma questão que eu me preocupo mais naquele Alvará, havia uma zona de cedência para uma escola que por acaso não é possível, não é possível hoje como não era possível há dez anos, nem há quinze, para aceitar um terreno para construir uma escola debaixo de uma linha de alta tensão, ou seja por cima do terreno que foi cedido à Câmara passa aquela linha de alta tensão, é evidente que não há governo nenhum que aprove, e não há nenhuma Câmara de certeza a propor aquilo que é a construção de uma escola por baixo de uma linha de alta tensão, por isso não precisamos de uma escola agora, temos ali alternativas, mas é um problema que temos que resolver no futuro, naturalmente e enfim também é difícil, porque o terreno não cresce, vamos ver como é que resolvemos o problema, mas o que é certo é que tem essa questão da cedência que foi cedida debaixo da linha de alta tensão para a construção de uma escola. Sobre a questão da Cova da Moura o Senhor Deputado diz bom negociou-se muito, muito show off sobre a questão da Cova da Moura, o relatório do LNEC estaria pronto em Maio salvo erro, e como é que estamos, e para onde é que queremos ir, é isso que o Senhor Deputado também quer saber, o relatório foi feito e está na fase conclusiva pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, aquilo foi um processo moroso, tive a oportunidade de ter uma reunião há pouco tempo na Secretaria de Estado, com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e com o Instituto de Habitação, onde de algum modo foram dadas as linhas gerais em relação a expectativas que havia tratado acerca de setenta por cento das chamadas fichas e que ficariam no final acabando este relatório, de fazer a entrega de um relatório de facto em relação aquilo que tinha sido o estudo do trabalho feito pelo Laboratório, até porque sabemos que esse trabalho feito pelo Laboratório é fundamental do meu ponto de vista para o lançamento das linhas orientadoras para o Plano de Pormenor, porque senão também não valia a pena fazê-lo, e agora aqui neste momento aquilo que estamos a discutir, que aliás devo ter isso no meu computador desde ontem é uma proposta do grupo que acompanhou sempre a Cova da Moura, nomeadamente aqueles estudantes universitários da Universidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Arquitectura, tem um conceito com o qual eu nunca concordei, penso que o Senhor Deputado também não concorda e a maioria, e que apresentaram a minuta daquilo que devia ser os termos da referência ao Plano de Pormenor, e há uma coisa que eu disse e que mantenho, e penso que o Senhor Deputado e a maioria dos Deputados concorda comigo a Câmara não abdica de ser ela a definir as linhas de orientação em relação ao Plano de Pormenor, tendo em conta determinados princípios que aceitamos com um conjunto de princípios, um conjunto de regras, sem ter nenhuma visão fechada, mas também não termos uma visão aberta total para que fique tudo na mesma, e sobre cessa matéria eu não abduco, tive a oportunidade na apresentação que foi feita, tive a oportunidade de dizer isso ao membro do governo, a não ser que mudem a lei e a competência passa a ser do governo, por enquanto essa competência é nossa, para já essa competência é municipal, e como o Senhor Deputado sabe é municipal da Câmara, e também do meu ponto de vista uma questão desta natureza do meu ponto de vista obrigava que tivéssemos que faz, não estou a dizer uma discussão que inviabilize a rapidez, não por nossa culpa a rapidez pudesse ser apresentado também as linhas orientadoras discutir com a Assembleia quais são as linhas de orientação ao próprio Plano de Pormenor, porque eu acho que aquela intervenção é uma questão importante para o concelho e como tal, deve pelo menos em relação aquilo que é a proposta que a Câmara vai lançar a concurso, a maioria dos Deputados Municipais também se reverem naquilo que vai ser a linha de orientação, até porque o que foi pedido ao Laboratório eu tive oportunidade de discordar um pouco de algumas questões na pré apresentação, tendo em conta que o Laboratório fez aquilo que a gente encomendou, como quem pagou o relatório foi o IRU e orientou o relatório de uma forma, o estudo de uma forma, com a qual eu não me revejo num conjunto de partes, eu tive oportunidade de dizer e a gente sabe que é assim, quem paga define as orientações, era o que faltava agora virem outros definir as orientações de um Plano de Pormenor que é da nossa competência, penso que nesta questão o Senhor Deputado nesta matéria vai no que é este tipo de pensamento, por isso Senhores Deputados aquilo que espero é que, disseram que até ao final deste mês estaria pronto o relatório, enfim já com todas as fichas terminadas, e estaria pronto o relatório, também é preciso do meu ponto de vista ter algum cuidado da forma como o relatório é apresentado, porque a pior coisa que se pode criar é expectativas, ou falsas expectativas, não é minha ideia e não irei seguramente contribuir para isso, tem muita pressa que a Câmara aprove as linhas de orientação eu tenho a pressa relativa, primeiro tenho que saber o quê, temos que os definir, temos que nos sentar e depois a partir daí sim Senhor, não

é aquilo que demorou tanto tempo e com atraso que agora queiram recuperar o atraso em dois ou três dias, não é assim como é óbvio, é uma questão naturalmente tem que ser vista pelos serviços, tem que ser discutida pela Câmara, temos que discutir com a Assembleia e depois disso sim senhor daremos o nosso ok para que seja aquele, é óbvio que aceitamos os contributos do IRU, da tal Comissão, de toda a gente, os contributos, mas não aceitamos as imposições. Bom ó Deputado Rafael Evaristo eu às vezes reconheço, que às vezes a simpatia que tenho pelo meu amigo, às vezes dá-me a vontade de não sei o quê, até porque é assim às vezes eu percebo a lógica das perguntas e das questões, a não ser que a questão da Colômbia tenha perturbado aí alguém, deve ser o problema onde está localizado às vezes faz mal, agora quer saber diga lá sobre o PDM, o que é que está a fazer sobre o PDM, como é que pensa fazer o PDM, ó Senhor Deputado vamos lá ver houve uma altura que eu disse ao Partido Comunista, mas o senhor Deputado afinal até tem pena de não ser do Partido Comunista, porque o Partido Comunista durante um certo tempo andou-me sempre a falar do PDM, parece que o PDM era a grande solução para os problemas, se foi porque é que não o fizeram na altura, bom mas não interessa, o Senhor Deputado também sabe, por isso é que eu acho que o Senhor Deputado é uma pessoa atenta, bom então o que é que estamos a fazer, Senhor Deputado nós aprovamos há muito pouco tempo, aprovamos não discutimos aquilo que tinha que ser o relatório, o relatório de avaliação do estado do território, e disse sempre que isso era uma peça fundamental para definir as regras do PDM ponto, sabe isso, estamos a preparar uma vinda cá agora numa sessão em que esteja um conjunto de instrumentos incluindo o estado do ordenamento que é importante vir, estamos a fazer um conjunto de contactos, neste momento o governo pediu às Câmaras Municipais da Área Metropolitana, eu acho que aquilo vai dar quinhentas pessoas a participar, a questão de rever o PROTE, porque já se percebeu que grande parte do PROTE foi feito na secretária, é a olhometro está lá na secretária e manda manchas para todo o lado, mesmo por cima do que já está, eu duvido que com aquela estrutura a gente vá rever algum PROTE, com todas as Câmaras, depois está mais não sei quê, bem aquilo é um mundo, também sei quando se quer decidir uma coisa sozinhos a gente faz uma visão muito grande e depois decide dois pronto, não tem problema nenhum, bom e por isso numa altura destas Senhor Deputado dizer-lhe o seguinte há uma coisa que o Senhor Deputado e permita-me este aparte o Senhor Deputado pode ter a certeza e peço-lhe que me aponte um exemplo de uma Câmara Municipal que já fez a alteração do PDM, ou que estão a fazer a alteração ao PDM e que está num estado avançado e que não tenha tido ao momento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

as áreas de construção, Senhor Deputado estou-lhe a dizer hoje em dia, uma primeira do seu partido por exemplo não é, que não tenha contribuído, eu não tenho essa preocupação como o Senhor Deputado sabe, essa não é a minha preocupação nós já definimos várias vezes que há questões que nós temos que discutir, nomeadamente daquilo do ponto de vista que tem mais a ver com o próprio Regulamento do PDM, tanto em relação aquilo que tem a ver com o solo, porque aquilo que está na maior parte das coisas já está, já não há quase nada, como o senhor Deputado sabe, não há quase nada, agora é possível altera umas regras, é possível mesmo não prejudicando os interesses das pessoas, fazer alterações que permitam a mesma construção mas libertando área e com outra qualidade e é isso que temos que trabalhar eu acho, é nessa perspectiva, não vale a pena Senhor Deputado neste momento, como eu digo nós estarmos com essa preocupação, duas grandes áreas neste momento estão fora, Quinta do Estado zona nova temos com aqueles documentos, por isso não vai avançar nada sem aquilo, e outra que tem a ver com a Vila Chã dois, que também precisa de muita alteração e muita profundidade, e como tal não avança sem isso, Senhor Deputado é óbvio o actual PDM coloca-nos um conjunto de problemas neste momento, até porque há muita contradição em alguns artigos do próprio PDM, bom e é evidente que é um PDM que tem doze anos, catorze anos é óbvio, os PDM's hoje de nova geração também são muito na área da nova construção como sabe, eu pelo menos naquilo que tenho acompanhado dos PDM's que têm saído, basta ir aqui aos concelhos à volta, para a gente perceber o que tem sido as melhorias substanciais no âmbito dos PDM's que estão a ser feitos, tenho muitas dúvidas, o Senhor Deputado esteja descansado, na altura própria o Senhor Deputado dará seguramente na Comissão o seu contributo para a melhoria substancial daquilo que é o instrumento de gestão que temos, naturalmente no sentido de melhorar, deixe-me só dizer uma coisa assim, o Senhor Deputado vou tentar a ver se os Senhores Presidentes de Junta viessem aqui, reagir relativamente aquilo que foi uma decisão, desculpe Senhor Deputado uma decisão democrática de um eleito democraticamente, eu tenho competência para tomar aquelas decisões como sabe, e por isso Senhor Deputado era o que faltava que agora para uns fosse democracia e determinado tipo de atitude e para outros não fosse, e por isso Senhor Deputado é assim como o Senhor Deputado sabe nunca me refutei a nenhum tipo de discussão, estou disponível para todos os tipos de discussão todos, é evidente podia ter dito é pá um do partido até falei com ele, ali uns almoçosinhos, umas conversas laterais, podia ter feito e o Senhor Deputado ficava é, se calhar até fez, eu às vezes até almoço com eles como sabe, não o fiz, não tenho queijo

limiano, porque o Catolinho não é queijo limiano não é, nunca foi pelo menos comigo nunca foi, também penso que no passado também nunca foi queijo limiano para a CDU, muito obrigado.” -----

Senhor Deputado Rafael Evaristo (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente antes de mais penso que é uma questão minha, é natural isto também se vai aprendendo a comunicar, e por vezes nem se é assertivo como se espera, o que eu queria aqui dizer, que eu quero aqui dizer é efectivamente que não tenho pressa em alterar o PDM ou chamar-se outra coisa qualquer, o que eu tenho pressa é assegurar que de alguma forma conseguimos as ferramentas adequadas para que possamos dar uma volta a este concelho, a questão tem a ver se o Senhor Presidente entende então que é fundamental de alguma forma conseguir reduzir as que são as áreas de construção, ou a forma como a questão está pensada no PDM, isto pode não ter necessariamente a haver com o PDM, aliás eu lembraria ao Senhor Presidente que hoje estive a fazer umas consultas sobre estes temas e para ver quais eram as opiniões, lembro que o Engenheiro José Sócrates há já algum tempo quando surgiu esta questão da Quinta do Estado teve uma opinião sobre isto, uma opinião sobre esta situação fez um artigo relativamente interessante que identificava a Amadora com o problema e que naturalmente não se admitiria que as áreas crescessem, que as áreas de construção crescessem penso também que conhece esse artigo, e no próprio site do PS algumas iniciativas interessantes, e algumas ideias interessantes como sejam a questão da reversão para a própria habitação social de alguma parte das novas construções, e foi este o meu objectivo foi perceberem em que estado é que estamos, qual é a forma de implementação que o Senhor Presidente pretende, e esta era a questão, mais ou menos a nível de calendário, segundo eu queria que não tomasse isto como um ataque, muito obrigado.” -----

Senhor Presidente da Câmara (resposta ao pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Deputado não é ataque nenhum, eu quero-lhe dizer que há momentos que eu percebo a lógica das perguntas, esta até pensei que era outra coisa como estávamos a discutir a Colômbia e aquelas coisas e tal, eu pensei que era outra coisa, eu por acaso não conheço esse artigo do Engenheiro Sócrates, não sei quando é que foi feito não sei se foi feito na altura da venda da Quinta do Estado, deve ter sido feito nessa altura, era só para situar o contexto, é bom que a gente veja qual é o contexto não é, isto é tudo muito bonito mas é no contexto, o que eu lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

digo ó Senhor Deputado assim, eu quero-lhe dizer com toda a franqueza o seguinte eu não conheço, muita gente escreve e muita gente debita opiniões sobre determinada matéria, o que eu não consegui até agora é que ninguém arranjasse soluções para determinado tipo de medidas, a gente reclama, mas depois no sentido das concretizar não se consegue criar meios para, a quantidade legislativa que tem havido sobre esta matéria, quero-lhe dizer do ponto de vista de resolver os problemas ainda não vi nenhuma, aliás faz-me lembrar uma questão dos direitos adquiridos que por acaso houve alguém que tomou uma medida, em relação ao Colombo o resultado sabe o que é, já lá passou eu já, sabe quem está a construir aquilo tudo, e mais ainda há um pedido de indemnização óptimo, essas questões ou há mecanismos que permitam determinar determinado tipo de questões, ou então de facto há um conjunto de problemas complicados, o Senhor Deputado também sabe que durante muito tempo não funcionou os sistemas de perpetuação e isso sim era uma injustiça como o Senhor Deputado sabe, porque muita gente tinha propriedade no mesmo terreno um metro era para construção e o metro ao lado não era para nada de construção, de maneira que se precisa de jogar aqui um pouco, porque há uma injustiça permita-me lhe dizer, que hoje em dia na Falagueira em relação ao que lá estamos a fazer existe o sistema de perpetuação quer seja lá construção, quer não exista construção é o que faz sentido, essa é a única forma de evitar um conjunto de pressões e é a única forma de a gente poder de uma forma aberta, mais clara talhar um planeamento, de outra forma procura-se o quê é ali aquele terreno daquele de construção, aquele que é do outro não há construção, não há nenhum equilíbrio, não há nenhuma lógica, por isso Senhor Deputado dizer assim, o Senhor Deputado é favorável que eu sei, porque nós podemos ter o mesmo índice de construção e captar menos espaço no solo, há quem não goste, eu prefiro isso com muita há vontade, bom já demos um exemplo não é o mesmo da Quinta Grande que é como se fosse três pisos, mas depois tem aqueles pisos todos não é isso, eu estou a dizer Senhor Deputado, iremos ter oportunidade penso que antes, tem que ser antes, lá para Outubro ou Novembro, de podermos olhar para aquilo que é o resultado dos estudos que estão a ser feitos sobre aquela zona toda da Venda Nova, Damaia e Falagueira e quero-lhe dizer que tem três equipas que eu acho interessantes do ponto de vista de arquitectos e de gabinetes de arquitectura e de planeamento, como disse um que era o Manuel Salgado está feito, tem o trabalho feito uma parte, outro o Foster com o Byrne, que é uma referência também, o Foster ao nível internacional e o Byrne ao nível nacional, e o outro arquitecto português que está em grandes projectos, tem grande interesse agora não estou

recordado do nome dele, mas também tem uma interligação com o Byrne que é preciso colocar aquilo que o Foster está a fazer e o que o Byrne é o gabinete residente, em relação ao outro arquitecto que está com o resto da parte da encosta da Brandoa, da Quinta da Lage tem que ter uma interligação e por isso o Byrne também dá apoio, não me lembro do arquitecto e os Senhores Deputados conhecem o arquitecto que irei nomear, por isso acho que, aquilo que vai ser o resultado da apresentação que nos vão fazer, eu acho que nós vamos naturalmente ter que, enfim se é aquilo que queremos, se é aquele tipo de projecto que queremos, que assente em três questões, uma questão de inovação, uma questão de auto sustentabilidade energética e ecológica, e uma questão da qualidade, porque aquilo que o Senhor Deputado dizia que o PDM em relação à questão da habitação para realojamentos, dizer-lhe o seguinte, o nosso PDM actual até tem essa norma, aliás é dos poucos que tinha essa norma, a maior parte dos PDM's não tem essa norma, eu acho que tomamos esse tipo de iniciativa, o PDM da Amadora tomou essa iniciativa de por lá 10% dos terrenos urbanizáveis são destinados a habitação social ou a custos controlados, bom o problema é que nós podíamos ter ido mais longe na altura, na altura cometeu-se a ousadia, mais ninguém tomou essa ousadia, mas o serem destinados não quer dizer que se façam, não é ok, mas pode acontecer que o terreno não é ocupado e fica livre, agora eu acho que nós na política de habitação e de realojamento, nós já chegamos a essa conclusão que a política dos grandes realojamentos é uma política errada, e por isso nós temos que encontrar e é esta questão que estamos a ver por acusa do Plano da Falagueira encontrar soluções que não passem pela construção de novas habitações para realojamento, passem por outras soluções nomeadamente nalguns casos há gente que precisa da casa para arrendamento, não tem condições nem que seja um esforço financeiro baixo para a compra, mas passa por exemplo para irmos ao mercado, que neste momento existe o mercado livre, habitacional aí que é possível comprar e recuperar e se calhar é o melhor investimento, e é melhor para a integração e melhor para o território do que estarmos a fazer bairros, por isso tudo isto teremos oportunidade de discutir, está a ser montado, está a ser preparado, existem uns estudos, existe uma criação de um fundo próprio para essa matéria, isto é assim, agente não quer dar nada a ninguém, mas também ninguém dá nada aos outros, isto tem que haver aqui um equilíbrio de interesses não é, porque isto aqui os beneméritos só vão até um ponto, qualquer dia já não há beneméritos e por isso não tem mal nenhum, desde que as regras sejam claras, e desde que o resultado final sem ultrapassar as normas seja um resultado favorável em relação ao município, em relação às pessoas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

município, eu acho que vale a pena, e é nessa perspectiva que teremos seguramente oportunidade para depois das férias lá para Outubro podermos fazer uma reunião para discutirmos esta matéria, mas termos já alguma coisa concreta, porque estas coisas é preciso ter, como eu digo uma coisa é aquilo bom há ali um prédio, agora vou dizer para o João mandar vir comigo, que é para ficar arrepiado, há ali um prédio com cinquenta pisos por exemplo não sei se tem um exemplo, até pode acontecer, porque não tinha mal nenhum, porque era uma grande referência e toda a gente sabia onde é que era a Amadora, mas pode acontecer que tenha cinquenta ou sessenta, não faço ideia mas pronto, não é mas é óbvio que do ponto de vista de arquitectura nós temos que ver que tipo de projecto é, e qual é a própria estética do projecto, não só estou a prepará-los para estas coisas, têm que estar preparados para isto, muito obrigado.” -----

Senhor Presidente da Assembleia: “Embora não haja nenhuma Moção, vamos votar as Moções, embora não haja nenhuma Moção, penso que houve aqui uma intervenção do Senhor Presidente Alcides de Matos que também queria realçar, era o facto de eu pessoalmente me congratular pela circunstância de uma notícia que aqui foi dada, quarenta por cento dos atletas de natação olímpicos portugueses são da Cidade da Amadora, e portanto acho que a Assembleia Municipal da Amadora também se devia resvigar com esse facto, e louvar o Clube de Natação da Amadora pela circunstância de ter promovido estes atletas.” ----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, que cuja temática é “Por uma Europa Humanizada”, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor (PS, CDU e BE), e 8 abstenções (PPD/PSD e CDS/PP).-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Passamos à proposta no quadro das propostas que existem sobre a questão chamada “Ingrid Bettencourt”, vamos votar a primeira Moção que eu li destas três, que é penso que é a da CDU, com uma adenda só é que entre o primeiro e o segundo ponto a CDU introduz uma alteração, em que vem dizer, “expressa a sua condenação inequívoca pela utilização do rapto e do sequestro como instrumento de acção política, é igual só que tem este inciso.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, que cuja temática é “Ingrid Bettencourt”, sendo rejeitada, com 5 votos a favor (CDU e BE), 27 votos contra (PS, PPD/PSD e CDS/PP) e 1 abstenção (Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira).-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD e CDS/PP, que cuja temática é “Saudação à Libertação de Reféns e Condenação das Farpe”, sendo rejeitada, com 8 votos a favor (PSD e CDS/PP) e 26 votos contra (PS, CDU e BE).-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, que cuja temática é “Da Congratulação pela Libertação da Ingrid Bettencourt e de Catorze Outros Reféns Detidos Pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia ”, aprovada por maioria, com 19 votos a favor (PS), 13 votos contra (PSD, BE e CDS/PP), e 1 abstenção (Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira).-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Acho que devíamos se tiverem de acordo em nome da Assembleia enviar ao CNA um voto por congratulação, se tiverem todos de acordo, se houver unanimidade fã-lo-ei, muito obrigado.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Muito bem, só uma nota colegas, tem a ver com a circunstância de ter havido uma cópia de dois extractos da Acta da Câmara Municipal da Amadora que enviei com a Ordem do Dia que não constavam do verso, portanto foram distribuídos na integra está regularizada a situação as minhas desculpas.”-----

VI – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

I – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços no âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3º e 4º Anos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Renovação do Contrato e Aprovação da Minuta de Contrato (Proposta n.º 218/2008)”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pela 1.ª Secretária da Mesa (Documento anexo à presente Acta). -----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado Senhor Presidente mas não resisto à tentação de dizer que, agora que vamos discutir estes assuntos do município, verifico que alguns afinal criticavam, estamos a discutir assuntos laterais que nesta altura abandonaram a sala, será pontual, espero naturalmente que entrem na discussão, das grandes discussões, a educação é uma delas que interessa ao município da Amadora seguramente, ó Senhor Presidente, Senhor Deputado, aquilo que eu quero dizer é o seguinte, isto trata-se da renovação daquilo que foi uma prestação que foi feita no âmbito do Concurso Público Internacional, em relação ao ensino do inglês terceiro e quarto ano, e que entretanto na base do que estava previsto no caderno de encargos, a revisão, a sua renovação com algumas regras, desde que as partes estivessem interessadas, desde que o serviço fosse prestado e bem prestado, que eram as bases do próprio caderno e ao mesmo tempo com as regras previstas no âmbito da sua actualização em relação aos valores nomeadamente a taxa média que houve da inflação no ano anterior, por isso o que se propõe aqui é que de facto a renovação deste contrato, tendo em conta aquilo que a prestação que foi feita nesta prestação de serviços, neste concurso, que em relação ao anterior, e estão recordados quando foi no primeiro contrato que fizemos, a primeira vez que introduzimos a questão do inglês do terceiro e quarto ano do primeiro ciclo e ensino básico houve alguns problemas que foram levantados na altura e muitos deles com algum fundamento, e que neste momento com esta empresa que agora está a fazer este serviço não se verificou aquilo que foi um conjunto de problemas que houve no passado, de maneira que não havendo da parte da Câmara nenhuma nora negativa, em relação a este serviço, evidente que entendemos renová-lo nas condições que estavam previstas no caderno inicial do concurso público é esta a nota, muito obrigado.” -----

Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso:** “Eu agradeço a gentileza mas em situações futuras não é necessário, o Bloco de Esquerda vai votar contra esta proposta no seguimento daquilo que já fez no passado, com um argumento que nós consideramos que é bastante válido, aquilo que é proposto e verificamos esta proposta com um ponto importante claro, e alguns pontos preocupantes, o ponto importante é evidente que a iniciação da língua inglesa como actividade obrigatória de enriquecimento curricular é importante e necessária, e este é o ponto importante desta proposta como é óbvio, o ponto preocupante é aquilo que nós consideramos uma persistência no erro, porque eu infelizmente não tenho dados mais recentes, mas em dois mil e cinco o Estado pouparia um milhão de euros se recrutasse professores através, fazendo uma contratação directa pelo Ministério da Educação, havia em dois mil e cinco quatro mil trezentos e trinta e seis docentes desempregados, docente do ensino do inglês, e portanto relativamente a esta evidência eu gostaria de perguntar se esta persistência em contratar uma empresa privada, ao invés de, e não sei quais são os dados actuais do desemprego dos professores de inglês, senão valeria mais a pena fazer esse trabalho de casa de fundo e mudar esta forma de fazer as coisas. Depois em relação à renovação do contrato propriamente dito temos aqui uma minuta que vem mais ou menos preenchida, bem sei que não é absolutamente necessário que venha totalmente preenchida, mas existem aqui dados que com certeza já são conhecidos como por exemplo qual é que é o representante desta CLA Centro de Línguas de Alvide Lda., uma vez que verifico que mis para a frente verifico que existem pormenores de números que são colocados, e uma terceira questão que deixo, é a questão da avaliação o Senhor Presidente referiu á pouco da apreciação que foi feita do desempenho desta empresa, não houve nada de grave que justificasse a não renovação deste contrato, porém eu gostaria de saber como é que foi feita essa avaliação, muito obrigada.” -----

Senhor **Deputado Carlos Almeida:** “Muito obrigado Senhor Presidente, em primeiro lugar uma questão prévia que á coloquei e que faço questão de voltar a colocá-la, e que tem que ver com o seguinte, continua a ser prática de gestão dos trabalhos da Assembleia Municipal que propostas como esta por exemplo não sejam discutidas em sede da Comissão temática respectiva no caso da educação, cultura e desporto e juventude, ora eu continuo a considerar que salvo melhor opinião, que esta não é uma boa prática, porque m última análise, na medida em que quase todas as deliberações de Câmara revestem a forma de um acto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

administrativo, etc., isso significa que todas as propostas baixam à Comissão de Administração Geral e Finanças e à apreciação política sobre as outras áreas de acção da Câmara Municipal nunca é apreciada na Comissão respectiva, e portanto mais uma vez aqui volto a sublinhar a necessidade de no nosso ponto de vista de esta prática ser alterada, independentemente da apreciação da matéria respectiva na Comissão de Administração e Finanças parece-nos de todo o cabimento que a matéria no caso educação ou outro qualquer baixe também à Comissão respectiva ou dos mercados, neste caso da educação para que a política específica do município nessa área possa ser debatida na respectiva Comissão, dito isto, relativamente à proposta nós como é sabido temos evidentemente estamos de acordo com o objectivo político do alargamento do inglês para as crianças do primeiro ciclo, de todo o modo como é sabido temos divergências relativamente à forma que o Governo encontrou para viabilizar essa política que do nosso ponto de vista não só desbarata recursos que a administração pública tem e que existem e que são professores de inglês que estão disponíveis para realizar esse trabalho como por outro lado cria a situação de indefinição que a nós nos parece pouco clara e que tem que ver com o seguinte, repare-se que o Governo cria o ordenamento legislativo passa o assunto para as Câmaras, as Câmaras contratam as empresas, mas depois aqui no meio há uma zona cinzenta, há uma zona de sombra que tem que ver com a avaliação de facto da qualidade e da natureza de trabalho que é realizado, o Senhor Presidente referiu aqui na sua intervenção que com esta empresa não aconteceu, o que aconteceu no passado, o serviço é prestado digamos não temos razões para duvidar da afirmação do Senhor Presidente, mas em todo o caso por uma questão que nos parece de comportamento e de atitude política parece-nos que a renovação de contratos deste tipo deveria a seguir-se independentemente da discussão, deveria ser antecedida de um processo de discussão e de auscultação junto dos conselhos executivos das escolas, junto dos vários parceiros do processo educativo e que isso seja matéria de apreciação na hora de tomara a decisão, eu admito que isso tenha sido feito, mas o que é facto é que a matéria que foi sujeita a consideração da Câmara e aquela que é agora disponível para a nossa apreciação não contém nada de isso, o Conselho Municipal não foi ouvido, tanto quanto se sabe os Conselhos Executivos das escolas também não foram ouvidos, e do nosso ponto de vista isso era importante que acontecesse, e que isso fosse matéria também de apreciação e de debate nesta Assembleia por este cúmulo de razões a nossa posição é iremos votar contra esta proposta". -----

Senhor Deputado Rafael Evaristo: ...(VIRAGEM DA CASSETE) ... “houve grandes passos na educação aliás é reflexo disso e a questão ainda o PSD ontem esteve a abordar as temáticas o Grupo Municipal do PSD, esteve a abordar as temáticas da educação e umas das coisas e das conclusões a que chegamos, é que realmente esta Câmara pode intervir, já que não pode intervir naquilo que é o conteúdo programático, porque esse naturalmente nos programas, porque esses são da responsabilidade do Ministério da Educação, a grande parte pode contribuir esta Câmara mais para o aspecto formativo ou educativo é exactamente nestas actividades curriculares, elas são muito importantes, elas são complementares, e além disso elas podem ser instrumento para adequar ou para colmatar alguns enfim daqueles que sejam os lapsos formativos, os lapsos educativos que existem nos programas do Ministério, podendo assim adequar a cada Conselho, ou permitir que a cada Conselho se faça esta adequação, agora a questão que hoje aqui me trás, tem a ver com uma situação que por norma nós somos a favor do que corre bem deve continuar e deve continuar neste caso, a questão é que não me sinto de alguma forma na posse dos dados suficientes para conseguir fazer essa avaliação, penso que era importante que fosse remetido também aos deputados, quando são remetidas estas propostas, lias não só sobre a educação, mas sobre outros temas de renovação de contratos que fosse submetida qual é que foi a grelha de avaliação, e quais é que foram as classificações dos vários concorrentes, quais é que foram as classificações obtidas, e penso que assim, se pode de alguma forma clarificar e afastar este fantasma sobre aquilo que é efectivamente a qualidade, sobre aquilo que pode ser a qualidade e sobre aquilo que é a qualidade alcançada, penso que assim ficamos clarificados, sendo esta matéria da qualidade, é uma matéria que não tem a ver efectivamente com aquilo que seja enfim questões financeiras, mas que reflecte uma política, que reflecte exactamente aquilo que pretendemos e este critérios de qualidade são aquilo que marcam a diferença entre cada um dos concelhos, penso que acima de tudo deve nesta área, sendo esta questão política a Comissão de Educação tem então uma palavra a dizer, pelo menos ser informada sobre esta questão, e desenvolver algum trabalho que com certeza daria os seus frutos e poderia ampliar o debate, e poderia ampliar até o conhecimento sobre estas situações, neste contrato há uma situação também que enfim encontro curiosa, mas derivará daquilo que são outros contratos que é o comum, mas que eu penso que é importante olharmos para isto e pensarmos se são estes os critérios que efectivamente cremos, sobre na última página que temos em que se diz, “face ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

exposto propõe-se que a Câmara Municipal da Amadora aprove”, e continua no ponto dois ponto dois, a questão dos critérios por ordem decrescente, o primeiro com peso de oitenta por cento é a questão do preço e depois então os materiais pedagógicos e didáticos, penso que de alguma forma é importante darmos a entender que a questão da qualidade, que a questão do material pedagógico é fundamental aqui, não só o preço para podermos cumprir aquilo que são as obrigações enfim algumas situações, mas que efectivamente pretendemos com isto e com os materiais pedagógicos assegurar a qualidade, não digo que não esteja a ser feito antes pelo contrário, acho que aqui há um oportunidade de formalmente, mais que uma forma prática, de formalmente exigir que estes parceiros apresentem exactamente isso, se possam elevar a fasquia e assim apresentar aquilo que acaba por ser o sumo desta mesma acção, que é a questão do aspecto educativo, e que é a questão do aspecto formativo, muito obrigado.” -----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Obrigado eu sem querer retomar aqui uma questão que já tivemos aqui vezes sem conta nesta Assembleia, continuo devo dizer, a ficar perplexo com a obsessão da nossa esquerda pela engorda do Estado, é uma perplexidade que eu tenho cada vez que estas coisas se discutem, porque com a notável excepção das limpezas, com a excepção das limpezas todos os serviços a prestar pela Câmara Municipal devem ser prestados com a contratação de cozinheiras, com a contratação de professores de inglês ainda que para o ano já não sejam precisos tantos professores, porque se calhar há menos crianças, mas o Estado assumiria há aqui uma responsabilidade para todo o sempre por pessoas e estaríamos aqui a engordar o Estado, numa obsessão de encaixe de gente no Estado que eu acho que é uma coisa verdadeiramente notável e fascinante, que a mim me fascina, porque somos nós cidadãos que pagamos, que pagamos com os nossos impostos, pagamos com os nossos impostos, portanto é verdadeiramente notável, sendo também notável a excepção das limpezas, enfim adiante, aqui o que foi dito e concordo com o que disse a colega Cláudia Cardoso de facto, às vezes também fica bem, enfim tem a ver com a questão da avaliação, quando se fala destas questões é importante de facto que nós percebamos que é um serviço importante que está a ser prestado, está a ser prestado com qualidade, e portanto a pergunta que a Cláudia fez e que eu reforço que é como é que foi feita a avaliação do trabalho desenvolvido por esta empresa não é essa é uma questão importante, e mais importante do que isso, eu acho que teria sido importante dar conhecimento à Assembleia dessa avaliação ou seja acho que a Assembleia merecia ter aqui algum conforto mais para poder votar nesta

matéria, para perceber de facto que o serviço foi bem prestado e portanto que a empresa que o prestou merece continuar a prestar esse serviço, a proposta que nos chegou é totalmente omissa em relação a essa matéria e isso pessoalmente a nós CDS causa-nos algum desconforto no momento da votação, muito obrigado.”-----

Senhor Deputado Jorge Nunes: “Boa noite Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Caríssimo Público, há aqui uma questão de fundo de política em relação a esta medida emblemática do ponto de vista da educação do Governo que é da promoção do ensino do inglês ao terceiro e quarto ano, e que para o próximo ano se vai alargar no próximo ponto da Ordem de Trabalhos iremos também falar sobre isso ao primeiro e ao segundo ano do primeiro ciclo que é a questão de se deveria ter de acordo com o que está contemplado no despacho que faz o enquadramento jurídico desta medida, se teríamos que ter encargos em relação ao Estado e contratação directa dos professores ou não, e há aqui que ressaltar o aspecto que os encargos não são superiores como foi aqui referido, porque as contas, sabemos perfeitamente qual é que é a diferença e qual é que é a percentagem relativamente aos encargos sociais e ao alongar do tempo como disse o Senhor Deputado João Paulo Castanheira e de eternizarmos um aparelho, um sistema que neste momento leva em termos de custos noventa e três por cento são as despesas portanto com a parte docente, faltando aqui muito para o investimento, porque não é líquido quando dizemos estão não sei quantos mil professores que direi candidatos a professores, não são professores, são candidatos a professores não é líquido, e há um exemplo muito concreto da educação musical, das iniciativas do ponto de vista curricular em que se verificou inclusivamente que não existiam professores de educação musical, portanto esse é um exemplo do que aconteceu relativamente à música e teve-se que substituir a música, educação musical, iniciação musical por outras actividades, também é importante, porque também defendemos que o serviço público também pode ser prestado de boa qualidade por entidades que não são públicas e havendo recursos humanos de qualidade que possam também por estes serviços e por esta prestação de serviços serem alocados, até porque também todos nós defendemos autonomia, e defendemos que aquilo que é mais directo é melhor gerido, alguns até defendiam que a descentralização com o Senhor Presidente da Câmara já referiu aqui, que a descentralização das competências para as autarquias devia incluir até os professores, alguns até defenderem isso em sede de discussão desta matéria, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ponto de vista da avaliação, nós quando falamos em avaliação parece que nestes anos que decorreram que aquilo que era a contratação dos professores por parte do Estado a avaliação estava tudo dito, e estava tudo muito bem feito, chegamos à conclusão que não e estamos no procedimento, num processo de avaliação do sistema, das escolas e dos professores coo nunca se viu ao longo destes trinta anos, portanto do ponto de vista da avaliação é importante também aqui referir que existe uma Comissão de Acompanhamento na qual estão representados os Órgãos de Gestão nessa Comissão de Acompanhamento relativamente a esta matéria, nomeadamente do inglês, tenho dito.” -----

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Presidente, o pedido de esclarecimento é rápido e simples, não vou elaborar sobretudo divergências, o ponto é este onde é que está o parecer dessa Comissão de Acompanhamento, porque se existe uma Comissão de Acompanhamento é para acompanhar, se acompanha deve ter esse acompanhamento traduzido num documento qualquer que nós podemos discutir, a minha pergunta é, os Deputados da Assembleia Municipal podem, têm acesso ao trabalho dessa Comissão de Acompanhamento ou não.” -----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso (pedido de esclarecimento): “Muito obrigada, era só para perguntar ao Senhor Deputado que e dissesse qual é a receita bruta gerada por cada professor que leccione unicamente estas aulas, e que me fizesse um comparativo, concretamente, objectivamente, o que é que sai mais barato.” -----

Senhor Deputado Jorge Nunes (resposta ao pedido de esclarecimento): “Em relação ao Deputado Carlos Almeida não me cabe a mim trazer aqui o relatório não é da Comissão de Acompanhamento portanto do ponto de vista de esclarecimento da Senhora Deputada Cláudia Cardoso não é aqui a sede própria, terá também os seus dados que me pode depois veicular no sentido de saber que gasta mais neste momento o Estado, tenho alguma reserva do ponto de vista de informação, tenho essa questão ética que muitas vezes não acontece alguma reserva, mas em sede própria como pode fazer chegar, há também as suas contas relativamente ao que o Governo neste momento gasta mais do que gataria se tivesse professores de inglês, completamente diferente.” -----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Muito obrigado Senhor Presidente, tenho pouco tempo rapidamente é assim, uma dúvida ou mesmo uma sugestão não sei, uma questão pedagógica, estes alunos vão passar para quinto ano, não será possível, muitos deles já tiveram dois anos de inglês, há uma informação com certeza essa informação era importante que passasse para o quinto ano, para os professores do segundo ciclo, para s professores do quinto ano, acho que isto é necessário útil, não tenho tempo para desenvolver esta ideia, só quero chamar à atenção às vezes para estas coisas desarticuladas entre actividades de enriquecimento curricular, e actividades curriculares, não me parecem, não estamos de acordo com o modelo, este também é um exemplo, o segundo muito rapidamente, já foi aqui focado o Senhor Deputado disse que se gasta noventa e três por cento do orçamento em docentes, com certeza que sim gasta-se, mas eu vou-lhe dizer o lado negro da questão, também existe um lado negro não é só, coisas pronto sim senhora são visíveis é importante, e estamos todos de acordo que o inglês é importante, não foi notícia nos telejornais não foi também, como não foi noutras situações, mas são quinze mil monitores, quinze mil, muitos deles não vão novamente leccionar com certeza, não têm direito a subsídio de desemprego, se faltarem não recebem, por exemplo, não têm às faltas normas digamos assim da administração pública, não têm direito à paternidade, à maternidade, este é o outro lado da questão, tem que ser também visto, muito obrigado.” -----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Só para perguntar uma coisa que há pouco me esqueci, que tem a ver com o seguinte, com o modo, com esta necessidade de ajuste directo, ou seja não foi feito de facto o concurso, no ponto sete diz assim”face ao valor estimado da prestação de serviços em causa, o procedimento pré-contratual a adoptar em função do valor do contrato é o concurso público”, mas no ponto oito como o tempo que é necessário para a realização do concurso público ultrapassa o início do ano lectivo dois mil e oito, dois mil e nove que se prevê, por este motivo teve que se fazer desta maneira, era isto que eu queria, era esta questão que e queria levantar, ou seja, porque é que não foi previsto atempadamente e sabendo que um concurso público demora o que demora, porque é que não foi possível fazer esse concurso público.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Presidente da Câmara**: "Terei todo o prazer em dar resposta mas é o ponto seguinte, não Senhora Deputada com toda a franqueza, ou então temos papéis trocados, não me parece Senhora Deputada, nós estamos a discutir a proposta duzentos e dezoito Senhora Deputada." -

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: "Minhas desculpas."-----

Senhor **Presidente da Câmara**: "De maneira nenhuma, Senhor Presidente, Senhores Deputados para dizer o seguinte, eu por acaso enfim, há aqui questões, penso que as questões da avaliação são falsas questões permita-me a expressão dizer isto, a questão de fundo em relação a alguns partidos que são contra, não tem nada a ver com a questão da avaliação, mas tem a ver com uma questão de que os Senhores são contra a eu se contrate pessoas que não seja o engrossar da admissão de professores para o inglês, essa é que é a questão de fundo, os Senhores Deputados são contra os trabalhadores que não fazem parte da Administração Pública, o que é uma coisa estranha, vocês separam os bons trabalhadores dos maus trabalhadores os bons e os malandros, tudo o que é da privada é malandro, mal deste país estaria se não tivesse os trabalhadores da privada também, e por isso Senhores Deputados e depois é para não ir mais longe, para não ir aquele papel que nós na Amadora temos uma particularidade somos diferentes dos outros, até nas posições do partido comunista, o que é mau na Amadora é bom em Almada e vice-versa, bom enfim compreendo o direito à autonomia à diferença, claro que sim, mas Senhores Deputados vamos às questões sérias, sobre a avaliação, e esta responde sobre várias questões colocadas sobre a avaliação, bom não queiram que o Presidente da Câmara ou a Câmara faça o controlo da avaliação daquilo que está definido em relação às normas de ensino dos manuais do inglês, lá está a Câmara a interferir na autonomia das escolas, as escolas não têm Conselhos Directivos, não têm os Agrupamentos, quem é que tem que fazer a primeira avaliação não é a escola, então o que é que a escola está lá a fazer, desculpe lá que lhe diga com toda a franqueza, não é a Câmara, nem é o Presidente da Câmara, nem o Vereador que assiste aquilo que é a produção do âmbito do curricular em relação às obrigações que tem em relação a este tipo de contrato, do ponto de vista dos objectivos a atingir naturalmente não é a escola, e permita-me a questão com todo o respeito que tenho, acredito que os professores e o Conselho Directivo que estão nas escolas são pessoas sérias e são pessoas que se preocupam de facto com o cumprimento das regras e do ponto de vista da qualidade do ensino, digo isto com toda a franqueza devo-

lhe dizer, o Carixas até lhe fica mal ao meu amigo sendo de onde é, estando ligado ao sector onde está, não me parece que essa seria, nós temos que discutir estas questões na altura própria, na altura quando lançamos o concurso estavam definidas quais eram as regras e o que tinha que obedecer, quais eram as respostas, qual era o manual que era preciso apresentar, que tipo de ensino, etc., etc., está tudo definido, não antes no concurso Senhor Deputado, quando lançamos o concurso para o ano dois mil e sete, dois mil e oito nós agora estamos a fazer uma coisa que é a renovação, sabe porque é que vai à Assembleia, não venho para discutir se o ensino é bom, se a prestação está a ser bem feita ou não, veio por causa da questão económica de assumir o compromisso financeiro para o ano seguinte e essa a questão de fundo, estou a discutir a duzentos e dezoito, a Câmara nunca se recusou e o Senhor Deputado sabe isso perfeitamente, nem eu muito menos a Senhora Vereadora da educação irá à Comissão discutir o que fosse, para nós não tem nenhum drama antes pelo contrário, poder discutir esta matéria, esta e outras matérias da educação na Comissão da Educação, da nossa parte não existe nenhum impedimento, e que quem não sabe pensa que a Câmara não quer discutir, há aqui gente que não é Deputados pode pensar isso, e por isso Senhor Deputado dizer o seguinte, a avaliação que foi feita pelas escolas, há-de ver relatórios, e no final do ano vai haver um relatório final que as próprias escolas fazem, e teremos oportunidade de fazer chegar o relatório que nós recebermos sobre essa matéria, aquilo que os serviços me dizem, do ponto de vista das avaliações intercalares, porque a avaliação é intercalar para cada um dos períodos, não só do compromisso e das obrigações, de ver quantas vezes é que falta, se vão às aulas, se não vão às aulas, se ensinam, dos objectivos daquilo que é o programa inclusivamente se são cumpridos ou não, de maneira que temos oportunidade de fazer chegar sem esconder nenhum tipo de informação aquilo que tem a ver com esta matéria, e depois Senhor Deputado dizer-lhe o seguinte, eu acho que as questões dos professores, a Deputada do Bloco de Esquerda dizia bom com tantos professores desempregados, porque é que não se contratam professores e tal, eu preno que nós nunca contratamos uma empresa é sempre a empresa a contratar professores, a maior parte das pessoas que estão a dar aulas de inglês no âmbito destas escolas são professores, ó Senhor Deputado eu não sei em que condições é que vêm, se calar de todas as empresas não vêm nas mesmas condições, algumas têm umas coisas e outras têm outras é óbvio Senhor Deputado, não quer dizer que todas as empresas tenham um procedimento como têm umas, há-de haver empresas que não têm aquela atitude perante os empregados não é de exploradores, há-de haver umas que têm uma perspectiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que o trabalhador tem direitos, há empresas que têm essa perspectiva, não são todas iguais, ó Senhor Deputado não vamos entrar nesse pacote laboral, não vale a pena mas também podemos entrar, mas a questão que eu digo é a seguinte nós em relação à avaliação o Senhor Deputado manifestou a preocupação de alguns, enquanto Deputados colocaram esta questão como uma questão de fundo, que essa é a verdadeira questão para eles, outros colocam esta questão como é pá essa é uma questão lateral o importante é a outra, o importante é que nós entendemos que não faz sentido haver concurso, não faz sentido ser feito pelo privado, faz todo o sentido que o Governo ou que a Câmara admitam professores essa não é a perspectiva que eu tenho, essa não é a perspectiva do meu ponto de vista de melhor sentido em relação a este tipo de ensino, bom e como eu lhes digo eu não tenho a perspectiva de que há trabalhadores bons, são todos muito bons os que estão no Estado, e todos muito maus os trabalhadores que estão nas empresas eu acho que essa perspectiva é igual, e tanto para mim vale um trabalhador duma empresa privada como na do Estado, é o mesmo tem os mesmos direitos e tem que olhar para ele da mesma maneira e com todo o respeito, cada um faz o melhor quer esteja no Estado ou esteja no privado, é isso que naturalmente você sabe, mas eu vamos sobre essa matéria dizer o seguinte eu estou naturalmente disponível e digo isto perante a Assembleia em poder os Senhores Deputados quando quiserem, o Senhor Deputado também é Presidente da Comissão da Educação, o senhor Deputado Carlos Almeida, a convidar a Câmara para discutir este tema ou outros temas no âmbito da educação, teremos muito prazer em o fazer dá-nos uma grande satisfação, porque sabe porquê Senhor Deputado se há coisa que nós temos feito bem é na área da educação, e por isso não temos nenhum problema antes pelo contrário, temos toda a vantagem em ter reuniões com a Comissão da Educação, muito obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 21 votos a favor (PS), 5 votos contra (CDU e BE) e 6 abstenções (PSD e CDS/PP). -----

2 - Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Prestação de Serviços no Âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 1º e 2º Anos do 1º Ciclo do Ensino Básico – Abertura de Procedimentos (Proposta n.º 247/2008)”*. -----

Senhor Presidente da Assembleia: “A Comissão de Desenvolvimento Económico e Financeiro reuniu analisou a proposta da Câmara e emitiu parecer, que pedia também para ser lido, com a circunstância de que se recebe da Câmara a página seis da informação número mil cento e quarenta e oito que se destina a substituir a que tinha sido enviada e que foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia, também esta substituição, portanto estamos conformes com a informação necessária.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, em relação a esta proposta como é óbvio, esta proposta tem duas coisas, e aquilo que está na Assembleia naturalmente é a questão do concurso público, porque em relação ao ajuste directo, coo é evidente nós fizemos o recurso ao ajuste directo tendo em conta que esta matéria naturalmente passou a ser definida já salvo em Maio, seis de Maio e como tal não há condições para que no início do ano lectivo em Setembro possamos garantir o ensino do inglês para os meninos d primeiro e segundo ano com base num concurso público e por isso fizemos o ajuste directo para o primeiro período e naturalmente o concurso público para o segundo e terceiro período, o que está aqui é concurso público para o segundo e terceiro período tendo em conta que não fazia sentido nós trazermos uma adjudicação de um ajuste directo para o primeiro período, segundo período e terceiro período, tendo em conta que temos tempo para permitir desencadear o processo agora e que ele esteja concluído, adjudicado e contratualizado antes do final do ano, no sentido de dar início depois dessa prestação em Janeiro. Por um lado em relação aquilo que tem a ver com as normas, e penso que o Senhores Deputados tiveram oportunidade de ver o caderno e programa de concurso, e em relação ao programa e o caderno de concurso, e em relação ao caderno e programa de concurso permita-me chamar algumas questões, permita-me chamar na clausula quarta do ponto três do caderno de encargos uma questão que tem a ver com o pagamento, aquela questão como é que é feito, mesmo a renovação é uma coisa e o pagamento também é outro, o pagamento as facturas serão, uma coisa é o que tem a ver com o cumprimento do programa, e outra coisa é a assiduidade que nós temos que verificar, nós não vamos pagar horas quando não presta serviço como é evidente. Depois em relação aquilo que tem a ver com, o que é que implica os currículos, naturalmente a sua identificação, os documentos comprovativos das habilitações académicas, a experiência, etc., etc., e depois mais à frente os Senhores Deputados também têm nas cláusula técnicas aquilo que são as definições, definições que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

naturalmente os planos de estudo, o material didáctico e o material pedagógico e penso que também tem mais à frente aquilo que é validado do ponto pedagógico para o Ministério da Educação, ou seja estas são as normas como sabe, que nós temos que obedecer em relação ao lançamento deste tipo de concurso, por isso Senhores Deputados o que está aqui é de facto a possibilidade de o município no início do ano lectivo poder dar início ao ensino do inglês, às crianças do primeiro e segundo ano esse recorremos a um ajuste directo, aquilo que estamos a propor é um concurso naturalmente público para o segundo e terceiro período e naturalmente depois avaliaremos do ponto de vista no final deste terceiro período o que é que vamos fazer nos anos seguintes em relação a este primeiro ano, ou seja ou é no um do ensino do inglês do primeiro e segundo ano, muito obrigado.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, uma parte das questões que se colocam relativamente a esta proposta, já foi há pouco afluída, em todo o caso esta proposta ilustra bem algumas das objecções que colocamos há pouco, porque veja-se o Ministério da Educação publicou o Despacho em quinze de Maio, foi colocado em Diário da República em vinte seis de Maio, ora convínhamos se há valor que quem dirige a política de educação num país deveria pensar era a estabilidade, e não parece que vinte seis de Maio, sabendo-se que o modelo que se costuma para esta política é a contratação de serviços externos, não parece que uma decisão publicada no dia vinte e seis de Maio sirva o valor da estabilidade do processo educativo, porque evidentemente o Governo deixa de ter responsabilidade na matéria, chuta para as Câmaras Municipais e evidentemente com estes prazos as Câmaras Municipais não têm condições para fazer um concurso público, e portanto este é um bom exemplo desta zona cinzenta em que estamos nesta matéria, ou seja, o Governo legisla e lava as mãos e depois quem vier que feche a porta e no caso as Câmaras Municipais fecham a porta da melhor forma que encontram para resolver o assunto, portanto o problema não está em ser trabalhadores privados ou trabalhadores públicos, isso foi uma diatribe do Senhor Presidente que evidentemente não tem nenhum sentido é completamente despropositado, o que está em causa não é evidentemente o desempenho profissional das pessoas, o que está em causa é o modelo político que se postula para uma determinada política é evidentemente isso que está em causa, e portanto esta proposta e esta medida do

Governo é um bom exemplo como esta política é um pouco feita aos solavancos e sem preservar aspectos que nos parecem fundamentais em qualquer política educativa, ainda assim há do ponto de vista da Câmara Municipal um aspecto que deveria ser considerado, porque a Câmara Municipal neste ponto tinha duas opções ou preservava a estabilidade do processo educativo com prejuízo eventual do arranque do inglês, não começaria em Setembro, poderia começar em Outubro ou em Novembro ou faz um ajuste directo para o primeiro período e abre um concurso para o segundo e terceiro período, agora veja-se bem o seguinte, há que admitir a hipótese de o concurso para o segundo e terceiro ciclo ser ganho por uma outra empresa que não esta do primeiro ciclo, embora diga-se que nestas condições isso é altamente improvável, porque evidentemente quem aprecia as propostas dirá com certeza para boa prestação do serviço público é importante que em igualdade de circunstâncias que a empresa que já desenvolve o serviço o continue a fazer, e portanto esse ajuste directo nestas circunstâncias constitui uma vantagem concorrencial e inequívoca da parte da empresa que é beneficiada neste caso com o ajuste directo, e portanto aquilo que nos parece, para além do timing errado do Ministério da Educação nesta matéria sem discutir a concepção política de fundo parece-nos que a Câmara Municipal também teria aqui outra opção a desenvolver e neste caso criou uma situação que não nos parece inteiramente clara, ou seja por um lado há a possibilidade legal pelos menos, teórica de haver uma alteração completa do ensino do inglês nas escolas do primeiro ciclo, e o segundo e terceiro período na medida em que há um ajuste directo para uma empresa para o primeiro período e para o segundo e terceiro período há um concurso público que pode ser em tese ganho por outra empresa, essa é uma questão, outra questão é a vantagem concorrencial objectiva que é dada à empresa que beneficia do ajuste directo para efeitos do concurso do segundo e terceiro ciclo que nos parece óbvia.” -----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Eu abduco da minha intervenção, porque o Carlos Almeida já colocou a questão que eu tinha, obrigado.” -----

Senhor Deputado Jorge Nunes: “Senhor Presidente, obrigado de novo, há aqui uma questão em relação a este ponto é como disse no anterior apraz-me muito o facto de se generalizar a todo o primeiro ciclo o ensino do inglês em noventa e nove, quando a Amadora teve por via de um Agrupamento no quarto ano pela primeira vez inglês parecia uma utopia, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

momento é uma realidade e estamos ao nível dos outros países da União Europeia no que diz respeito a este contexto. O Senhor Deputado Carlos Almeida veio aqui falar em estabilidade do sistema, Senhor Deputado é de uma força política que apoia os sindicatos que ao longo destes anos todos foi sempre contra a estabilidade do corpo docente, finalmente tivemos um concurso por três anos para os quadros dos professores, vamos ter um concurso por quatro anos, quando se fala em estabilidade é preciso ver do que efectivamente estamos a falar, porque isto não é um facto de um despacho que sai em Maio que vem destabilizar o sistema, podia destabilizar muito mais termos só o início do inglês em Outubro ou Novembro, quando há um conjunto de actividades que já estão a ser desenvolvidas, e portanto era preciso até Outubro ou até Novembro, substituir o inglês por outra actividade, isso ainda era mais destabilizador, quando diz a questão do concurso, ajuste directo concurso, ninguém me garante a mim pelo sistema e pela contratação directa do Ministério da Educação que o mesmo professor que está no primeiro período se calhar está no segundo, pode adoecer, pode ter uma licença de parto, as próprias questões de direito que têm, ninguém me diz isso que é um dado adquirido, essa não é uma questão que me pareça de fundo relativamente à matéria, o Despacho sai sobretudo quando é feita uma avaliação e em que condições pode fazer pode fazer o alagamento, portanto já houve uma experiência relativamente ao terceiro e quarto ano, em relação ao primeiro e ao segundo é no momento em que deve e está de acordo à própria preparação do ano lectivo só isso.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, novo foi só esta preocupação do Carlos Almeida que manifestou em que da estabilidade ou da instabilidade criada se não for a mesma empresa que ganhe o inglês o concurso, e também aquela questão a preocupação que está em vantagem em relação aos outros, a Deputada Cláudia não disse, mas acho que subscreveu estas preocupações do Deputado Carlos Almeida, bom Senhor Deputado instabilidade, eu acho que mais instabilidade existia se nós não conseguíssemos e estou de acordo com o Senhor Deputado em iniciar o ano lectivo, que nós no início do ano lectivo saibamos quais são as regras, quais são as grelhas e quais são os tempos e o que é que vamos dar, isso naturalmente dá estabilidade, bom mas diz-me se houver mudança, isto é um concurso público como é evidente, pode haver mudança senão não fazíamos concurso público, não é pouco provável Senhor Deputado, é provável como pode acontecer em qualquer concurso, o Senhor Deputado já teve casos em várias situações em que empresas

P

que estavam perderam para as outras, em várias situações, por acaso numa que numa aconteceu foi na limpeza, mera coincidência é a única que ainda não aconteceu, mas há-de acontecer também um dia é normal, bom e por isso as questões tem a ver com o seguinte, as normas estão definidas como o Senhor Deputado sabe, aquilo que é a obrigatoriedade da apresentação em relação a esta candidatura estão definidas, estão definidos quais são os critérios, e o Senhor Deputado sabe assentam sempre em dois critérios, e a tal questão que nós podíamos ter aqui um critério que fosse diferente deste, porque se eu tivesse um critério diferente deste o preço vale oitenta por cento, e os materiais didáticos e pedagógicos valem vinte por cento, o Senhor Deputado dizia bom se calhar devia valer mais, mas depois dizia lá está a beneficiar e a aumentar o despesismo no sentido de reforçar aquilo que é o lucro dos privados não, nós achamos que de facto com aquilo que são os termos de referência do concurso, a questão do preço tem que ter valor Senhor Deputado, nós sabemos quanto é que isto vale, nós já temos uma experiência de quanto é que isto vale, também sabemos quanto é que a empresa gasta, sabemos o que é que a empresa paga, também não queremos enfim espremer as empresas, não é com o objectivo das empresas depois não paguem aos trabalhadores, mas também não queremos dar aqui uma margem enfim que permita outro tipo de preço, e por isso Senhor Deputado tanta possibilidade tem de ganhar quem está, como de quem não está, mas se calhar quando apresentarem a proposta quem está consegue fundamentar uma proposta melhor do que quem não está, provavelmente sim, esta aqui, mas há outras empresas que têm esta experiência noutras escolas, e por isso tanto é provável que sim, tanto é provável que não, o Senhor Deputado dizer que podia ter optado por um outro critério, este ano como é o ano zero na matéria vamos fazer ajuste directo ponto final e fazíamos para o ano inteiro, até percebia a bondade da questão até no sentido daquilo que era Senhor Deputado estabilidade do sistema, se achar que tinha sido mais vantajoso, Senhor Deputado nós fizemos um ajuste directo para todo o ano lectivo de dois mil e oito, dois mil e nove não é, em vez de termos feito, porque acho que nós também temos obrigação como sabe do ponto de vista dos ajustes directos, cada vez mais há regras apertadas sobre esta matéria, porque não há nenhum despacho que nos permita esta isenção, não há poderia ter havido, podia ter-se dito como é o ano zero aplica-se o ajuste directo e pronto estávamos salvaguardados, mas como não há nós podemos correr alguns riscos, nesse caso como deve imaginar não estou disponível, nem a corre-los, nem que os Vereadores os corram para eu trazer aqui à Assembleia uma questão que naturalmente poderia haver riscos, bom e por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

fizemos dentro do cumprimento da lei, achamos que em relação a, temos tempo suficiente para a análise das propostas, entrega das propostas, para as reclamações, para as contestações, no sentido de o concurso ser lançado agora e estamos em condições de o aplicar a partir de Janeiro, agora até ao início do ano em Setembro é que não tínhamos condições nenhuma desta forma que o Senhor Deputado sabe, tendo em conta quando foi anunciado e publicado, e por isso tudo isto tem um conjunto de regras, isto também não é carregar num botão e as coisas saem como é evidente, e também os serviços da Câmara não têm só este concurso para fazer, têm n concursos, nomeadamente numa altura destas e por isso tudo isto teve que se adaptar, por isso Senhor Deputado dizer-lhe naturalmente que eu acho que é importante para a Amadora já que o Governo decidiu estender a questão do inglês ao primeiro e segundo ano, que a Amadora esteja nesse pelotão da frente, e por isso nós tivemos que criar as condições para chegarmos ao pelotão da frente, e espero naturalmente que os outros municípios e estou certo que os outros municípios vão fazer o mesmo, e estão a fazer o mesmo naturalmente, bom há uns que vão ter mais dificuldade que outros, também é provável como todos sabemos, mas também há alguns que também não tinham no seu orçamento as verbas necessárias para esse efeito e nem as condições necessárias para reforçar essas verbas também é verdade, também sabemos isso não é, apesar do dinheiro vir depois, mas há aqui um período que é necessário ter o dinheiro antes, ou pelo menos ter a cobertura orçamental para o fazer, por isso Senhor Deputado eu acho que esta é a forma para que as nossas crianças possam ter o inglês no início do ano lectivo, no primeiro e segundo ano do ensino básico, muito obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 27 votos a favor (PS, PSD e CDS/PP) e 5 votos contra (CDU e BE). -----

3 - Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Fornecimento de Refeições com Confeção no Local para a E.B.1/Jardim-de-Infância/Creche do Casal da Mira Sul – Abertura de Procedimentos (Proposta n.º 248/2008)”*. -----

2

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico e Administração reuniu e emitiu parecer ... (VIRAGEM DA CASSETE) ...”

Senhor **Presidente da Câmara**: “...aqui na Amadora? Vamos à questão que interessa. Nós lançámos um concurso público internacional para o fornecimento de refeições, para três lotes na altura, e na altura que lançámos o concurso, naturalmente, não estava na previsão, termos a conclusão desta obra, tendo em conta que a conclusão desta obra resulta daquilo que é como contrapartida que nos foi dada, no âmbito da Auchan para a construção desta escola. Bom e a obra iniciou-se e neste momento tudo aponta nesse sentido, que em Setembro a obra estará pronta, dado que é mais fácil, porque foi negociação directa entre a entidade e a empresa, de maneira que aquilo para além dos preços naturalmente os prazos são cumpridos à risca. Se tivéssemos nós iniciado esta obra com um concurso, nesta altura ainda estávamos a analisar os termos de referência das nossas propostas em vez de o fazer, mas pronto. Tenho pena de não tido a prerrogativa que teve Sintra, para a recuperação do parque escolar que é todas as escolas tem que fazer ou obras ou iniciar a construção por Resolução do Conselho de Ministros um ajuste directo. Tenho pena, porque acho que valia a pena, pelo menos compensava mas paciência, o parque escolar está na mesma miséria que está, ao longo de vários anos nunca teve um investimento por isso é preciso recuperar. Mas dizer, Senhor deputado, e por isso nós tivemos a necessidade de aqui fazer duas coisas: a necessidade de fazer um ajuste directo para que possamos naturalmente ter refeições para as crianças, no início do ano lectivo e refeições que assentam em duas coisas, refeições para os alunos, refeições para os adultos e lanches, o que é pelo menos uma referência da vossa parte dizer que a nossa Câmara, o nosso município, até dá lanche às criancinhas e acho que os outros deviam fazer a mesmo. Mas não é isso. Ó senhor deputado nunca o vi, se fosse ao contrário eram sempre todas as reuniões a malhar, como é esta parte, os senhores deputados tem sempre uma dificuldade em reconhecer aquilo que nós fazemos por obrigação. E por isso não tendo as condições de fazer o concurso, a tempo e horas, o ajuste directo para o período das refeições como eu digo, refeições para crianças, para adultos e para lanches até ao fim do primeiro período e depois o concurso que entrará, naturalmente, no âmbito do fornecimento a partir de Janeiro. Penso que também podíamos ter feito de outra forma, também aqui, esperar que a escola abrisse e a seguir fazer um ajuste directo. Pela mesma razão que há pouco disse que nós nestas coisas temos regras, a fiscalização tem, as normas do ajuste directo estão todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

mais apertadas e também acho bem, e de maneira que nesse sentido a proposta que têm é, ou seja, a Câmara aprovou um ajuste directo para o primeiro período e a Câmara traz aqui à Assembleia o lançamento do concurso para o fornecimento das refeições para o segundo e o terceiro período para esta escola específica. É esta a nota, Senhor Presidente, muito obrigado.”-----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Relativamente a esta questão, compreendemos que, é óbvio que isto é importante, não é isso que está em causa, que se tenha de se fazer. Agora quando aqui se diz que, no Bairro do Casal da Mira está a ser construída uma nova escola, cuja responsabilidade de construção não decorreu de procedimento aberto pela autarquia, não havendo por nossa parte, controlo dos prazos da execução da obra. Bom, está bem, mas pelo menos em termos de carta educativa e o conhecimento que com certeza a vereação tem, do que está planeado, este é um fundamento, enfim, que fica um pouco aquém para justificar o resto. O resto é o ajuste directo. Até porque o número considerável de alunos, quer dizer, não é possível aceitar que isto não estivesse previsto no gabinete de vereação. E por isso este argumento de que não temos responsabilidade de construção e não fazemos ideia nenhuma dos prazos da execução é um pouco difícil de engolir, se me permite a expressão. É só.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, em primeiro lugar para descansar alguma dificuldade, uma certa dificuldade do Senhor Presidente, uma certa necessidade de conforto espiritual, não sei bem de quê, quero dizer-lhe que evidentemente, que discordando em alguns aspectos, como é público e notório, de opções como neste caso, evidentemente que reconhecemos que a educação é um saldo positivo, aquele que há a fazer do trabalho do município nesta área. E portanto não temos nenhum problema com isso. Nem temos nem nunca tivemos nenhuma dificuldade com isso e sempre achámos e temos esta impressão e diremos sem nem nenhum problema e sem nenhuma dificuldade. Dito isto e relativamente a esta matéria, esta proposta que aqui nos apresenta é sustentada numa afirmação que a Deputada Cláudia Cardoso já aqui referiu e que o senhor presidente teve oportunidade de também assinalar. No ponto três dos considerandos diz que na construção da escola não teve por base procedimentos a angariar pela autarquia pelos que os prazos de execução da obra não são susceptíveis de controlo pela nossa parte. Senhor Presidente, em primeiro lugar há um ponto que é a competência legal sobre o parque escolar do primeiro

ciclo é só da Câmara Municipal. E portanto é dificilmente sustentável esta afirmação, quer-nos parecer. Quero dizer mesmo que não seja, neste caso, a Câmara a construir directamente ou através de empreitada, não é possível dizer que os prazos de execução não são susceptíveis de controlo ou que a construção não teve por base um procedimento, quer dizer, não nos parece que isto reflecta a verdade do procedimento, porque a construção de escolas do primeiro ciclo é uma competência inalienável das câmaras municipais, primeira nota. Segunda nota, é que mesmo admitindo que a circunstância da construção da obra, a circunstância em que está a ser feita a construção da escola possa não estar totalmente nas mãos da Câmara Municipal, certamente que a Câmara Municipal estará a acompanhar a obra. Certamente que a Câmara Municipal, em Março ou em Fevereiro, a previsão que tinha juntamente com as entidades que promovem a construção da escola, não havia de ser diferente de Junho ou Julho. Eu não sou engenheiro mas confesso que me parece-me um pouco estranho que a previsão sobre a conclusão de uma obra só possa ser feita em Junho ou em Julho, para estar concluída e não possa ser feita três ou quatro meses antes. E portanto mais me parece pouco sustentada esta afirmação de que “pois surgiu um pouco assim de repente, não estávamos bem a contar e por isso é que agora tem que se por ajuste directo. A nós não nos parece que esta proposta esteja devidamente fundamentada e nesse sentido parece-nos que um outro planeamento por parte da Câmara Municipal poderia ter evitado este ajuste directo. Já agora só para terminar, chamo a atenção porque isto tem a ver com a nossa discussão de há pouco, é que no parecer jurídico que aqui está, e por acaso é estranho que apareça no parecer jurídico, poderia ter aparecido no parecer dos serviços de educação, mas no parecer jurídico às tantas diz, na pagina três, diz que “tendo em conta designadamente, a opção pela empresa proposta potencia a garantia de que o fornecimento das refeições será feita em condições satisfatórias tendo como referência o conhecimento da qualidade das refeições fornecidas até à presente data”. Como vê, o ajuste directo a esta empresa confere-lhe uma vantagem concorrencial sem nenhuma dúvida relativamente a qualquer outra empresa. E deste ponto de vista, a opção pelo ajuste directo, neste caso, não nos parece, do ponto de vista político também, para além das razões que já aduzi, não me parece uma boa opção, além do mais diz que a existência de um único interlocutor facilita a optimização dos recursos ao nível do controlo do fornecimento. Obviamente que quando houver o concurso público, esta apreciação pode novamente ser tida em conta, o que aqui está escrito é válido agora e é válido em sede de apreciação das propostas do concurso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

público. E portanto a opção pelo ajuste directo cuja justificação do nosso ponto de vista, não está devidamente feita, constitui além do mais, uma vantagem concorrencial, do nosso ponto de vista, indevida que é dada a esta empresa. Muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Sampaio**: “Boa noite, o PSD está obviamente de acordo com o fornecimento de refeições para o jardim de infância, isso não está nem nunca esteve em questão, mas temos dúvidas e gostaríamos de esclarecer uma dúvida relativamente aos procedimentos que foram lançados, parece-nos que a forma como a adjudicação está a ser feita poderá estar ferida, de facto, de ilegalidade, porque ao fazer um ajuste directo da parte de um valor do fornecimento de serviço para um trimestre e depois um concurso público para outro, poderemos estar perante um fraccionamento da despesa e ser uma ilegalidade, porque de facto há aqui uma questão concorrencial que já foi levantada pelo Colega da CDU, que de facto não favorece o erário público e que levanta dúvidas de ilegalidade. Eventualmente o Tribunal de Contas perante uma situação destas, há o risco de achar que alguma empresa está a ser favorecida, porque não há transparência, está-se a fazer um ajuste directo para uma determinada empresa. E portanto gostava de saber a opinião do Senhor Presidente sobre esta questão, se isto foi ou não equacionado, foi equacionada ou não esta possibilidade de haver fraccionamento da despesa e gostava também de saber se este ajuste que foi feito para o primeiro trimestre se estarão consultadas várias empresas ou não, porque o Decreto Lei 197 permite que sejam feitas consultas até cinquenta mil euros a cinco empresas com prazos de procedimento muitíssimo reduzidos. Aliás, o ajuste directo, de acordo com o Decreto-lei 197, é de até cinco mil euros e nós estamos a falar de quarenta e quatro mil euros, quase quarenta e cinco mil euros. Portanto, isto ultrapassa os cinco mil euros do ajuste directo, claramente e portanto não devia ser um ajuste directo, devia ser uma consulta, não um concurso público, uma consulta e gostava de saber se foi consultada uma única empresa ou se foram consultadas várias empresas. Repito com uma consulta a cinco empresas era possível fazer num prazo muito reduzido e ter cinco propostas e comparar cinco propostas. São estas as duas questões que eu coloco. Quantas empresas foram consultadas para esta adjudicação do primeiro trimestre e se equacionaram ou não a possibilidade de isto ter fraccionamento da despesa e se estar ou não ilegal esta contratação. Obrigado.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): "Senhor Deputado, tanto quanto eu consigo perceber este ajuste directo é pouco diferente da outra proposta que discutimos há pouco relativamente ao inglês, quero dizer, a substância técnica é pouco diferente. A pergunta é porque o PSD há pouco votou a favor e agora coloca dúvidas." -----

Senhor **Deputado Luís Sampaio** (resposta ao pedido de esclarecimento): "Senhor Deputado ainda bem que coloca essa questão e permita-me esclarecê-la. Para que não fiquem dúvidas nós não somos contra o fornecimento das refeições nem contra a prestação de serviços do inglês, obviamente. E portanto isso é o objectivo último. Agora o que nós levantamos são dúvidas pela forma como o procedimento está a ser feito e obviamente que se aplica a ambos e isso não quer dizer que a gente vá inviabilizar o fornecimento de alimentação nas creches. Agora há uma questão legal que nos parece, e nós não somos o Tribunal de Contas nem somos legalistas, tenho formação de economia, portanto não venho para aqui com questões jurídicas. Tenho uma dúvida que quero ver esclarecida. Obrigado." -----

Senhor **Presidente da Câmara**: "Muito obrigado, Senhor Presidente e vamos pegar nas dúvidas de legalidade. Em primeiro lugar Senhor Deputado, eu tenho que suportar as propostas que trago com base na informação dos serviços e nos pareceres jurídicos, Senhor Deputado, se eu tivesse dúvidas não levava a proposta a Câmara e sabe porquê? Porque em último caso quem tem que responder e quem tem que pagar sou eu. Não é os que votam mas depois quem assina o cheque e o pagamento sou eu, também não está a ver. Por isso, em princípio, tenho pareceres que sustentam do ponto de vista que é possível com base na legislação, que o senhor deputado já referiu aqui, a fundamentação para o ajuste directo. E a fundamentação para o ajuste directo em relação a esta empresa propriamente dita. Porquê esta empresa senhor deputado? Se fosse uma empresa que não tivesse serviços prestados, se não estivesse a fazer estes serviços na Amadora, em relação a este tipo de refeição, você diria porque escolheu aquela e não escolheu a que estava a fazer os serviços. Se ela cumpre, se ela funciona, se o sistema é avaliado etc., etc. E por isso Senhor Deputado dizer naturalmente que eu não quis cometer uma questão, essa sim duvidosa, e já vou aquilo que o Carlos Almeida e a Deputada colocaram, que tem a ver com a questão que podia ter optado, podia também deixar chegar, e digo isto com toda a franqueza, esta questão mais tarde, dizer vou fazer um ajuste directo em relação àquilo que é o fornecimento de refeições para o ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

inteiro. Mas acho que nós temos condições e poderá dizer bom mas está a fazer fraccionamento de despesa. Não estou a fazer fraccionamento de despesa. Aí eu fazia seguramente, era o único procedimento. Mas como sabe aquilo que se pretende verificar é o cumprimento das regras, nomeadamente o direito à concorrência e com esta questão estamos a permitir a livre concorrência no âmbito do concurso que vamos lançar, a partir de Janeiro de 2009. E por Senhor Deputado também dizer-lhe que do ponto de vista dos critérios, em que tem o preço, qualidade e outro conjunto de avaliações. E em relação ao porquê de não previrem a tempo no sentido de incluir num concurso que foi lançado para o ano 2007-2008 esta escola. E porquê Senhor Deputado? O Senhor disse que tem a competência na construção das escolas é a Câmara. Claro que sim que é a Câmara, mas há uma coisa que faço, se eu puder fazer a escola, que a escola seja feita e que a Câmara não gaste dinheiro, naturalmente farei. Nós contratualizámos com a Auchan esta obrigação extra contratual, porque nada do ponto de vista das obrigações daquele operador nos obrigava a dizer vocês tem que fazer uma escola. Ou seja, eles de livre vontade, é assim, sabe que é assim, de livre vontade, tomaram a iniciativa de oferecer à Câmara Municipal uma escola. E nós como não somos pobres e mal agradecidos, aceitámos aquilo que é a construção de uma escola. O Senhor Deputado que seja para 2020, mas agora é assim, é óbvio que eu não posso exigir a um operador, que está com um processo de construção de um centro comercial, dizer vocês façam lá a escola independentemente de fazer a vossa obra. Eles começaram com a obra deles e disse, bom, está na altura de fazer a escola porque eu preciso da escola e até porque há a questão dos arranjos envolventes. E o Senhor Deputado sabe que eles começaram a trabalhar na escola em Fevereiro e o Senhor Deputado permita-me que tem que ter aqui alguma precaução, porque é assim, é óbvio que nós em relação às nossas obras sabemos quando adjudicamos as obras, apesar destas coisas falharem como o Senhor Deputado também sabe, mas sabemos que a obra é adjudicada no mês tal, é consignada e começa a contar x dias em relação ao prazo de execução e nós sabemos que na maior parte das vezes falha, no dia tal do mês tantos a escola está pronta. Neste caso como é evidente, essa negociação foi feita naturalmente pela Auchan, é óbvio que a escola começando em Fevereiro e eu disse bom, uma escola começando em Fevereiro vai dizer que está pronta em Setembro, resultado: você à partida vai dizer, tenho dúvidas. O que é que nós fazemos, a partir dessa altura tivemos que criar alguns mecanismos, desde logo com o Ministério da Educação tivemos que prever novos professores que é preciso acautelar e por isso tivemos a

partir de determinado momento passar a andar não só em cima da fiscalização mas também no sentido de a obra possa estar pronta a tempo do novo ano lectivo, não só por causa das crianças mas também por causados professores que entretanto já pedimos a sua afectação. E por isso foi preciso verificar se o ritmo de construção de facto permitia ter a escola pronta no início do ano lectivo. E aquilo que nós verificamos é que o ritmo de construção é possível ter a escola pronta no início do ano lectivo. É evidente que não podemos baixar a pressão porque também compreendo que fazer uma escola daquela dimensão, e estamos a falar de chave na mão, que começou o arranque efectivo da obra em Fevereiro, metendo-se os meses que se metem, de facto é preciso ter alguma dinâmica em relação à obra. Tomara eu que em relação as obras que fazemos por concurso público para as escolas, tivessem aquele prazo de execução e que andassem àquele ritmo, que normalmente não andam, como sabe, até porque não podemos pôr aqueles prazos de tal maneira apertados. E isto só é possível porque é na base negociável entre as duas partes, e essa é a razão porque naturalmente não prevemos o concurso público internacional para todas as escolas, no plano para 2007-2008. Por isto neste momento achamos que temos condições, demos indicações também ao Ministério que também garante a colocação dos professores e há todas as condições de ter a escola pronta e dar início ao ano lectivo e tínhamos que acautelar que tendo o ano lectivo iniciado, termos condições de poder servir refeições às crianças, professores e a quem trabalha na escola. De maneira que Senhor Deputado que essa é a razão. Sobre a questão da empresa dizer-lhe mais uma coisa, nós temos como o senhor deputado sabe, em relação a esta matéria existe uma avaliação, existe um acompanhamento e existe um controlo em relação a tudo aquilo que tem a ver com o fornecimento de refeições. E por isso podem dizer mas porque não foram para outras empresas? É que esta dá-nos garantias do trabalho que presta e do fornecimento e é muito mais fácil para uma empresa que está neste momento com um ajuste directo que está noutras escolas todas, poder fazer um serviço de qualidade ao mesmo nível do que uma empresa que apenas vinha cá, para ao fim de três meses podiam ganhar este concurso. O risco da empresa que está cá é menor do que os outros, porque tem a estrutura montada, Senhores Deputados, o servir mais x alunos não faz uma alteração estrutural e por isso Senhor Deputado, sobre a legalidade, dizer-lhe que eu estou certo que a fundamentação e a despesa cumpre a legalidade. Sobre o fraccionamento de despesa é evidente que não há fraccionamento de despesa. Bom, a forma como está escrita a informação podem dizer que se calhar não é a mais feliz e até acredito, mas como óbvio, não tenho nem faço a correcção das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

informações e fundamentações dos serviços da Câmara. Devo-lhe dizer que também não tinha escrito daquela forma, é possível fazer a argumentação em relação àquilo que é o porquê mas sem ser daquela forma, porque aquela forma podia dizer de facto, bom então, é evidente que temos um planeamento, é evidente que sabemos isto tudo, mas estas questões tem a ver da forma como está escrito, bom porque é que eles não previram há mais tempo a questão da escola? Por isso a forma como está apresentada na informação é que não parece que seja a mais feliz, mas aquilo que se passa concretamente é isto, senhor deputado, ou seja, resulta daquilo que foi um acordo, resulta daquilo que foi uma negociação para a adjudicação, resulta do início da obra e resulta daquilo que é o prazo. E em determinado momento verificamos que é importante que a escola estivesse pronta para o próximo ano lectivo. Fizemos o acompanhamento da obra, estamos a acompanhá-la, estamos a pressionar, naturalmente e é evidente que também há riscos, Senhor Deputado. Se a empresa que adjudica a obra não pagar, é natural que deslize e por isso também temos que estar atentos, porque o que nos interessa é que a escola esteja pronta, que possa entrar em funcionamento, porque isso também nos vai ajudar a resolver um conjunto de problemas que temos a nível do ensino e ao mesmo tempo também nos vai permitir aumentar aquilo que é a taxa de cobertura do pré-escolar e também a taxa de cobertura das creches: Como sabe, cada nova escola que se fizer, cada nova sala que se fizer, acho que estamos a contribuir para melhorar, de facto, um deficit que temos na Amadora e também na Área Metropolitana e no País. Muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Luís Sampaio** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente, depreendi das suas palavras, embora não tenha respondido à pergunta e o que eu queria é que o Senhor me respondesse objectivamente à pergunta, é se para o primeiro trimestre foram consultadas várias empresas ou não. O Senhor disse que essa lhe oferece garantias, que já fornece serviços a outras escolas e por isso entende que seria a empresa mais bem colocada para prestar o serviço. Não ponho isso em causa, não ponho em causa a capacidade ou não da empresa para prestar os serviços nem o preço que pratica, não fiz o estudo de mercado e portanto não ponho em causa obviamente. E a pergunta se consultou ou não, ou se limitou a pagar o preço que esta empresa lhe pediu? Do pouco que percebi da sua intervenção foi que esta empresa por já fornecer outras escolas teria mais bem posicionada para fornecer agora. Mas no segundo e terceiro trimestre vai fazer um concurso público, se aplicar os critérios

objectivamente pode seleccionar outra empresa que não esta. Portanto se essa empresa que vai fornecer no segundo e terceiro trimestre é credível porque não também fornecer no primeiro trimestre? Não tem que ser a mesma, que já fornece actualmente, não é? Outra questão que queria colocar e fiquei com uma dúvida é em relação ao fraccionamento da despesa, foi a primeira questão que coloquei e o senhor disse que não, não há fraccionamento da despesa. Não percebo é porquê. Mas porque não há, não é justificação. Eu explico-lhe porquê. Eu explico-lhe aquilo que não vou dizer que podia haver fraccionamento da despesa, talvez eu não me tenha explicado bem. Ao repartir os montantes, porque parte do montante vai para ajuste directo e parte do montante vai para concurso público nacional, por exemplo, isto faz com que o único procedimento que poderia ser concurso público internacional passe a ser ajuste directo e passe a ser concurso público nacional. Portanto o senhor está a subverter toda a lógica da concorrência, e portanto parece-me que pode haver fraccionamento da despesa, por isso. Até dois lotes se calhar, não deveria haver ajuste directo mas uma consulta porque os valores, enfim, excedem. O que nos parece ter sido feito, Senhor Presidente, e que é feito por outras empresas, que é feito em outras áreas é ter lançado um concurso público atempadamente e terem dito que à data de início da escola não estava ainda definida e as empresas concorrem nesse pressuposto. E definem o preço para as refeições. É feito assim, posso dizer, não vou cometer nenhuma inconfidência, que a empresa metro faz isso, porque para as estações do metro que estão em obras, em construção tem contratado serviços de vigilância e não sabe quando a obra está construída, mas atempadamente lança um concurso público e diz tenho n estações do metro que estão a ser construídas, a data de conclusão da obra prevista é esta, mas não tenho a certeza que a data seja esta e as empresas de segurança e vigilância que se candidatam, apresentam os preços nessas circunstâncias. E podia ser feito dessa forma. Não violava nenhum preceito jurídico, garantia a concorrência e se calhar com melhores preços e qualidade. Isso era uma boa prática e uma boa gestão.” -----

Senhor Presidente da Câmara (resposta ao pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Deputado, com todo o respeito que tenho por si, esta fase final, de certeza está-se a referir à boa gestão, tenho provas de boa gestão, pode ter a certeza absoluta. Estão à vista. Isto é uma boa gestão, provas de boa gestão, eu tenho, muito obrigado. Estou perfeitamente à vontade. Eu tenho provas dadas de boa gestão, o meu amigo não sei se tem, eu tenho, quero-lhe dizer com toda a franqueza e por isso é bom que a gente tenha tento na língua. Senhor Deputado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

dá-me licença, o Senhor disse que isto é que era uma boa prova de gestão, quer dizer que é má gestora, eu estou a dizer que a minha boa gestão pode medir, mas o senhor consegue querer baralhar tudo porque faz com um objectivo claro. E vou-lhe dar um exemplo, disse “então como é que aquela empresa paga mais caro”. O Senhor Deputado não viu que esta empresa, nós vamos pagar o mesmo preço do que estamos a pagar no âmbito do concurso público que lançámos? Ai não viu? Estou a entender. Ou seja, nós em relação a esta empresa que tem um serviço e uma qualidade, sabemos qual é o preço, no âmbito do concurso público e por isso nós vamos negociar. O senhor deputado diz assim, não são mais empresas consultadas? Ó Senhor Deputado, sabe ler o mesmo que eu sei ler, não sabe? Diz e vou ler “relativamente ao ajuste directo, os serviços propõem” e diz “a opção pela empresa proposta potencia a garantia de um fornecimento de refeições que irá ser feito em condições satisfatórias, tendo em referência o conhecimento da qualidade das refeições fornecidas até à presente data. A existência de um único fornecedor para todas as refeições do concelho, facilita a optimização dos recursos ao nível do controlo da qualidade do fornecimento.” O Senhor Deputado também sabe ler o que eu sei, não sabe? Acho que lemos a mesma língua os dois. Essa questão, penso que está respondida. Sobre a questão de dizer, “porque é que vocês previamente...”, senhor deputado quando eu lancei o concurso para o ano 2007-2008, deve estar recordado que foi mais ou menos nesta altura, aliás foi no dia vinte e tal de Junho que foi à Assembleia Municipal, esse procedimento e nessa altura, e disse mas não previu a crise, que medidas é que tomou? Ó Senhor Deputado já parece que estamos nessa discussão, eu não posso prever não é possível por num concurso as escolas que iremos ter e o número de crianças que iremos ter, não sabemos em que ano. O Senhor queria que eu tenha uma escola pronta e não a ponha a funcionar? Eu não, prefiro pô-la a funcionar, Senhor Deputado, sabe porquê? Porque tenho falta dela e porque as crianças deste concelho tem falta dela e porque os pais tem falta de onde deixar os miúdos, nomeadamente na área de creche, como sabe. E aquela zona é uma zona que tem um conjunto de necessidades e aconselho o Senhor Deputado a ir lá e verificar por exemplo, como está uma creche que nós estamos a trabalhar em conjunto com os Unidos de Cabo Verde e o que tem neste momento de lotação e qual é a lista de espera que tem. Por isso Senhor Deputado, esteja perfeitamente à vontade e sobre esta matéria, concurso público internacional, aconselho o Senhor Deputado também a ver o que é que obriga, quais os valores que obrigam o concurso público internacional, para a gente perceber. Se precisar eu posso lhe fornecer os documentos necessários para o Senhor

Deputado estar habilitado sobre a matéria, apesar de eu não ser de gestão, Senhor Deputado. Muito obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada, por maioria, com 30 votos a favor (PS, PSD e CDS) e 5 votos contra (CDU e BE) (Documento anexo à presente Acta).-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Alienação de Terreno à EDP, destinado à Subestação de Distribuição de Energia Eléctrica, sita na Serra de Carnaxide” (Proposta n.º 249/2008)*”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pela Senhora 1ª. Secretária da Mesa (Documento anexo à presente Acta). -----

O Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado, Senhor Presidente, só uma nota explicativa sobre esta matéria. Aquilo que nós estamos a fazer aqui, tendo em conta que a EDP deixou de ser pública e passa a ser privada e como tal não é normal cedermos ao privado, terrenos públicos, e como tal vendemos, naturalmente ao preço e ao valor de mercado. E por isso sobre esta matéria, dizer que foi feita uma avaliação, o que é normal, ao princípio, esta questão do pagamento, é uma questão de hábito, não estavam muito habituados, mas tem que pagar, nós também pagamos o consumo de electricidade, por isso é normal. E também em relação à preocupação de que tipo de construção que irão lá fazer, E por isso tivemos que discutir muito o edifício, normalmente não costuma ser um edifício mas um bunker, mas desta vez não vai ser tão bunker, é muito melhor do que estar em S. Brás, mas muito melhor, apesar de aquele ser dos melhores que existe por lá, porque vai ter um tratamento dos taludes e um tratamento do ponto de vista da envolvente a nível dos espaços verdes. Por isso só foi possível agora avançar com isto, está em condições, finda esta aprovação, tendo em conta que já aprovámos o projecto, que é diferente do que é habitual fazer, para poderem fazer a construção desta estação, porque é vital para o abastecimento de uma área da Amadora e de uma área de Oeiras. Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições. -----

Senhor **Deputado António Carixas**: "Estamos de acordo com a proposta naturalmente, apesar de não ser uma empresa pública, não há alternativa, o mercado está fechado, não é livre. Muito obrigado." -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada, por unanimidade, com 31 votos a favor dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta). -----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor **Presidente da Assembleia**, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artº. 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 31 membros presentes. -----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 24H e 15M. -----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia** e por mim, **Elisabete da Silva Ferreira**, 1ª Secretária da Mesa, que a redigiu. -----

António Carixas
Elisabete da Silva Ferreira

2